

Os leitores brasileiros podem agora ter contato mais imediato com a produção de Kanavillil Rajagopalan. Depois de ter concentrado sua produção científica basicamente em revistas especializadas, como *Journal of Linguistics*, *Journal of Pragmatics*, *Journal of Literary Semantics*, *The British Journal of Aesthetics*, *Poetics*, *Harvard Educational Review*, *Studies in Language*, *International Journal of Applied Linguistics*, *Journal of Language and Politics*, *DELTA*, etc., ele chegou ao momento da interação dialogica com um público maior.

Estão reunidos nesta coletânea textos originalmente apresentados em congressos brasileiros, resultantes de comunicações, de participação em mesas-redondas e de conferências. Une todos eles alguns temas que têm interessado o autor. Dentre eles, destacam-se a preocupação constante de fazer com que os avanços da lingüística sejam postos ao alcance da população fora dos centros de pesquisa e de ensino superior e a intenção de convencer o leigo de que vale a pena investir no estudo da linguagem e de que pensar sobre a linguagem implica, em última análise, indagar, de um lado, sobre a própria natureza humana e do outro, sobre a questão da cidadania.

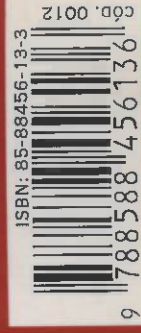
As propostas contidas nos textos aqui publicados fazem parte de um trabalho contínuo. A idéia de oferecê-las ao leitor tem como objetivo estimular um debate baseado na convicção de que é chegado o momento de rever alguns dos postulados fundadores da lingüística e avançar para além da atitude equívoca segundo a qual basta fazer a divulgação dos resultados de pesquisas realizadas no campo para alcançar visibilidade social.

Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética

KANAVILLIL RAJAGOPALAN

Por uma lingüística crítica

LINGUAGEM, IDENTIDADE E A QUESTÃO ÉTICA



TT

TT
Dartmouth



A polêmica sobre os “estrangeirismos” e o papel dos lingüistas no Brasil

A polêmica instaurada já há algum tempo no Brasil acerca do uso/abuso (dependendo de que lado da controvérsia se contempla o fenômeno) dos assim-chamados “estrangeirismos” já se tornou uma verdadeira *cause célèbre* (com o perdão da palavra, é claro!).

De um lado dessa polêmica, um contingente impressionante de pessoas, ao que parece em número crescente, reivindica uma tomada de atitude firme e decidida diante da enxurrada de expressões estrangeiras no português brasileiro e da facilidade e falta de senso crítico com que elas são absorvidas pelo uso corrente do idioma, quer na mídia, quer nos cartazes e letreiros. Se depender do desejo desses defensores do idioma, com certeza será dado um “basta”, curto e sonoro, ao processo em curso, visto que tal processo é tido como nada mais nada menos que uma agressão a um valioso patrimônio da nação. Nessa perspectiva, quem não se enquadrar na nobre missão de zelar pelo bem público será enquadrado na forma da lei e punido de acordo com regras de comportamento lingüístico preestabelecidas mediante legislação. Proteger a língua nacional significa, afirmam eles, salvaguardar a soberania nacional. E quando

o assunto é esse, todo esforço de responder à altura possíveis ameaças à soberania nacional é, sem sombra de dúvida, válido. Dir-se-á que se trata de uma “razão de Estado” que, convém lembrar, sobrepõe-se a todos os demais direitos, estabelecidos por lei ou consagrados pela tradição.

De outro lado, dessa polémica estamos nós, os lingüistas. Não que, como lingüistas, isto é, profissionais interessados em desvendar os mistérios da linguagem e pensar sobre a melhor maneira de construir teorias sobre ela, já não nos houvésemos posicionado a respeito de questões de ordem da política lingüística. Mas a verdade é que a dimensão política envolvendo as línguas nunca foi o nosso forte. Havíamos nos acostumado a nos esquivar de questões como planejamento lingüístico. O próprio termo soa, para muitos de nós, como algo que sobrou do entulho autoritário que marcou outras épocas. Faz parte da cartilha da nossa disciplina a idéia de que as línguas obedecem às suas próprias leis. Elas evoluem, se renovam, se ajustam a novas exigências de comunicação e de contato com outros povos. Em relação às línguas, portanto, o melhor a fazer deveria ser deixá-las em paz. Mexer com o destino das línguas revelar-se-ia tão perigoso quanto trabalhar com engenharia genética — brincar de Deus, o Todo-Poderoso, uma vez que nunca se sabe como tudo vai terminar ou que surpresas desagradáveis nos esperam.

O fato é que a maioria de nós foi pega de calças curtas pelos últimos acontecimentos. As diferentes tentativas de estancar o avanço dos estrangeirismos, inclusive através de projeto de lei, surpreenderam-nos não só pela maneira como foram feitas, à revelia dos nossos esforços científicos sobre o assunto, mas também pela enorme repercussão que tiveram na mídia, como também nas conversas de bar. Que os leigos costumam ter idéias pouco científicas a respeito da linguagem sempre foi matéria de qualquer curso introdutório sobre a lingüística. O primeiro passo, dizem esses manuais de lingüística, para adquirir o espírito da moderna ciência da linguagem, é justamente o de se desvendilhar das idéias preconcebidas sobre a linguagem. Infelizmente, muitas dessas idéias escancaradamente errôneas ou no mínimo discutíveis, como costumamos ensinar em nossos cursos introdutórios, acabam se alojando até mesmo no discurso acadêmico mais precavido e acabam sendo preservadas para a posteridade na forma de preconceitos lingüísticos.

Muitos desses preconceitos, por sua vez, acabam encontrando respaldo nas chamadas “gramáticas tradicionais” — assim denominadas por não terem sido submetidas ao escrutínio rigoroso dos métodos científicos da lingüística. Afinal, não foi contra a tirania da gramática tradicional que a lingüística moderna se insurgiu no começo do século XX?

Perplexos diante da volta e do recrudescimento de algumas dessas idéias falsas ou ingênuas, aqueles entre nós mais preocupados com o rumo dos acontecimentos, perguntam: o que saiu errado? Por que motivo os ensinamentos da moderna ciência da linguagem não estão tendo a devida repercussão na sociedade civil? Por que razão a idéia — bastante elementar e singela para nós — de que as línguas naturais evoluem constantemente e, ao longo desse processo de evolução, entram em contato com outras línguas, incorporam novas palavras e expressões, e, longe de serem prejudicadas pela absorção dos elementos estranhos, acabam na verdade se beneficiando e se enriquecendo etc., não consegue sensibilizar aqueles que insistem em legislar contra a própria natureza da linguagem?

Para podermos fazer qualquer avaliação da maneira como a polémica tem evoluído, é preciso, antes de qualquer outra coisa, reconhecer que o que presenciamos hoje é um empate. Isto é, a discussão se encontra simplesmente travada. Cada lado marcou sua posição irreduzível e não está disposto a ceder. O que vem a ser pior, para quem vê a situação do lado de fora da contenda (hipótese puramente imaginária, já que os lingüistas e os leigos se complementam, esgotando o universo do discurso), a polémica se transformou em uma conversa entre surdos, cada lado gritando cada vez mais alto, sem ter o menor interesse em ouvir o que o outro lado tem a dizer, e sem sequer acreditar que o outro lado esteja realmente interessado em ouvir as suas razões.

A pergunta com a qual gostaria de iniciar a minha discussão do tema em pauta é: por que razão está se revelando tão difícil, para não dizer impossível, um diálogo entre as partes? A resposta instantânea pode ser resumida numa só palavra: desconfiança: existe uma desconfiança mútua entre ambas as partes.

Já vimos que a lingüística se ergueu como ciência a partir de um certo repúdio ao senso comum a respeito da linguagem. O senso comum, diz a cartilha da disciplina, está repleto de idéias mal pensadas e suscetíveis de fácil falsificação. O saber científico nasce no momento em que suspendemos tudo o que o senso comum nos ensina para que possamos contemplar o fenômeno a ser estudado sem idéias preconcebidas.

Por sua parte, o leigo (leia-se o não-lingüista) não consegue entender como um grupo de estudiosos, de credenciais inquestionáveis, consegue colocar-se contrário a propostas que, no seu entender, parecem tão evidentes e em perfeita sintonia com ... bem, o senso comum. Mesmo disposto a dar-lhes todo o respeito que merecem, o leigo vê os lingüistas como pessoas que investiram tantos anos no estudo da linguagem e que, no entanto, tomam posições tão difíceis de entender. Ou seja, no atual empate entre o público leigo e os lingüistas, são estes últimos que se acham cada vez mais isolados e vistos como quem pouco ou nada têm para contribuir.

Para o lingüista, o leigo é demasiado ingênuo e precisa ser devidamente instruído para pensar de forma correta. Para o leigo, perplexo diante daquilo que parece pura insensatez por parte do lingüista, é preciso procurar outras fontes do saber quando o assunto é a língua nacional enquanto patrimônio público.

É fato que, com raríssimas e honrosas exceções, poucos entre nós, lingüistas, paramos para pensar que as línguas, além de serem instrumentos de comunicação, atributo distintivo do ser humano etc., também são verdadeiras bandeiras políticas, atrás das quais se reúnem povos e em nome das quais muitos se dispõem a derramar o próprio sangue. Pois não será o caso de levar em conta que muitas das nossas consagradas teorias a respeito da linguagem estão despreparadas para o desafio de refletir sobre a política lingüística, em particular sobre o planejamento lingüístico de uma nação?

Com o intuito de trazer mais subsídios para a discussão, trago as seguintes considerações:

Em primeiro lugar, é preciso que nós, lingüistas, nos interessemos cada vez mais pela dimensão política, sob pena de permanecer à margem

das discussões em curso no país. Se dentro dos arcabouços teóricos, com os quais estamos habituados a trabalhar, não há espaço para levantar questões relativas à política lingüística, partamos em busca de novos caminhos. De nada adianta reclamar que as propostas que vêm sendo oferecidas por políticos ávidos por atender aos anseios do povo (e, não raramente, canalizá-los em benefício próprio) estão em desacordo com os ensinamentos da ciência, se não perguntarmos primeiramente se a própria ciência, no caso, se interessou pela questão política em algum momento.

É preciso, em outras palavras, reconhecer que a questão da política lingüística não pode ser tratada como um simples adendo a teorias concebidas ao largo de qualquer vínculo entre linguagem e política. É aí que talvez tenha havido o nosso maior tropeço: o de tentar achar uma ligação direta entre duas coisas tão desvinculadas uma da outra. De um lado, está um corpo de conhecimentos acumulados através de anos de estudo que, no entanto, nunca tiveram espaço algum na reflexão sobre as conotações políticas que a linguagem carrega, principalmente para os falantes dos diversos idiomas. Do outro lado, encontramos propostas concretas no campo de planejamento lingüístico, inclusive propostas da ordem da "engenharia lingüística", com finalidade de intervir em determinadas realidades lingüísticas.

Por bem ou por mal, intervenções políticas no rumo das línguas são mais comuns do que gostaríamos que fossem. A história da humanidade está repleta de casos de intervenção proposital no destino de determinadas línguas, com objetivos diversos. De um lado há casos como o do hebraico moderno, língua recuperada da poeira da história em nome da unificação de um povo e do seu desejo de fundar uma nação própria, e o do hindusthani, língua literalmente "inventada" pelo líder indiano Mahatma Gandhi, ao pleitear que o hindi e o urdu (línguas faladas majoritariamente pelos hindus e muçulmanos respectivamente no subcontinente da Índia) fossem considerados uma só língua. Do outro lado, encontramos casos como o do alemão que, em diversos momentos da sua história, sofreu tentativas de purificação a partir do expurgo das palavras de origem latina, e o caso, bem mais recente, do esforço do fa-

lecido líder Franjo Tudjman, da Croácia, para introduzir sistematicamente grande número de neologismos, a fim de que, com o passar do tempo, a fala dos croatas se tornasse incompreensível para os sérvios, vizinhos com os quais compartilhavam a mesma pátria e o mesmo idioma até o início das hostilidades entre os dois povos, parceiros da antiga Iugoslávia.

A moral da história: independentemente do que se prevê em algumas teorias sobre o funcionamento da linguagem e a propriedade ou não de tentar intervir na evolução de diferentes línguas, a política lingüística sempre imperou no mundo inteiro, em diferentes momentos da sua história, e sempre houve quem pleiteasse intervenções sistemáticas a fim de “salvar” certas línguas dos possíveis descaminhos. Mais ainda: como sempre acontece nesses casos, tais intervenções são feitas, via de regra, ou com propósitos nobres e justificáveis, como os de unir povos ou de fazer a paz entre povos que não se entendem ou, ao contrário, para semear o ódio entre povos e pescar proveito político nessas águas turvas.

De nada adianta bater na tecla de que falta uma boa dose de lingüística nas discussões políticas a respeito da língua portuguesa e seus rumos no Brasil. O que falta não é lingüística, mas sim o reconhecimento de que com ou sem nós, as coisas vão se desenrolando no cenário político, e que a atitude mais sensata no atual quadro é entrar na discussão nos termos em que ela está colocada, com o objetivo de mostrar a todos as consequências políticas que podem ter, a longo prazo, medidas apressadas tomadas hoje.

Finalizando: o que se deve perguntar não é se faz sentido tentar influenciar o destino de um povo, intervindo nas línguas que efetivamente colaboram na construção da identidade daquele povo. A pergunta que urgentemente precisamos fazer é: que esforços podem ser feitos de imediato a fim de trazer à baila os interesses ocultos e escusos que podem eventualmente estar por trás das propostas políticas e descortinar as consequências longínquas de adotarmos esta ou aquela política no momento atual?

É preciso, com urgência, encarar a dimensão política da linguagem, sob pena de sermos ultrapassados pela marcha dos acontecimentos ao nosso redor.

Lingüística aplicada

PERSPECTIVAS PARA UMA PEDAGOGIA CRÍTICA

A pedagogia crítica nasceu das inquietações vividas ou reproduzidas na sala de aula, não enquanto um espaço acadêmico no seu sentido tradicional, isto é, um lugar onde se confere o saber àqueles que dele carecem, mas enquanto um autêntico espelho das contradições e tensões que marcam a realidade que se verifica fora da escola (Rajagopalan, no prelo-3). Ou seja, o primeiro compromisso de um pedagogo crítico é com a comunidade, da qual a sala de aula é uma pequena, porém fiel, amostra. Resumindo o pensamento de Paulo Freire, Henry Giroux (1996: 570) diz o seguinte:

Ensinar, nos termos de Freire, não é simplesmente estar na sala de aula, mas estar na história, na esfera mais ampla de um imaginário político que oferece aos educadores a oportunidade de uma enorme coleção de campos para mobilizar conhecimentos e desejos que podem levar a mudanças significativas na minimalização do grau de opressão na vida das pessoas.

Durante o famoso debate entre Myles Horton e Paulo Freire (cf. Horton e Freire, 1990), o educador norte-americano lembra que a palavra *educação*, em sua acepção histórica, não incluía a aprendizagem fora da escola. Tanto isso era tido como ponto pacífico que quando ele fundou a famosa e pioneira Highlander Folk School no Tennessee¹, estado norte-

¹ A Highlander Folk School, situada em Monteagle, TN, foi fundada por Don West, diretor

americano cuja história se baseia na agricultura de plantações de algodão e milho, com uma economia sustentada pelo trabalho escravo e pela pobreza rural em proporções inimagináveis, “as pessoas de dentro do sistema educacional disseram, quase unanimemente, que a Highlander nada tinha a ver com educação” (Horton e Freire, 1990: 200-1). Isso incluía, segundo Horton, até mesmo as pessoas favoráveis à nova proposta educacional.

Por sua parte, Paulo Freire deixa claro que não há como se esquivar da luta, tanto dentro como fora do sistema educacional. Do ponto de vista da pedagogia crítica, a linha divisória entre o “dentro” e o “fora” neste caso é bastante tênue e precária, pois o que se faz dentro logo repercute fora e vice-versa. O que torna a pedagogia crítica distinta é a vontade do pedagogo de servir de agente catalisador das mudanças sociais. O pedagogo crítico é, em outras palavras, um ativista, um militante, movido por um certo idealismo e convicção inabalável de que, a partir da sua ação, por mais limitada e localizada que ela possa ser, seja possível desencadear mudanças sociais de grande envergadura e consequência.

Diferentemente das origens da pedagogia crítica, a área acadêmica que se convencionou chamar de “lingüística aplicada” tem origens “nobres” e se mantém distante das preocupações do dia-a-dia do mundo do comum dos mortais. É lícito dizer que a lingüística aplicada nasceu no berço esplêndido do mundo acadêmico, como uma sub-área de investigação dedicada a eventuais aplicações de uma disciplina-mãe já consagrada — a lingüística geral ou teórica. Esta, por sua vez, pouco se preocupava com coisas mundanas para poder contemplar de forma concentrada os

de distrito do Partido Comunista da Carolina do Norte, e Myles Norton, diretor do Commonwealth College. Com base em testemunho de membros da escola, ela foi processada pelo estado do Tennessee, sob alegação de promover atividades subversivas, e fechada por ordem judicial em 1960. Inicialmente a escola se concentrou no treinamento de líderes sindicais, mas nos anos 1960 Highlander se tornou um centro do movimento pelos direitos civis. Quando do fechamento da escola por ordem dos juizes de Monteagle, Horton mudou a escola, primeiro para Knoxville, depois para New Market. Nos anos 1980, o foco da escola se voltou para as questões ambientais, especialmente diante da luta pela recuperação econômica no sul dos EUA. A Highlander Folk School pode ser considerada uma expressão da cultura americana de esquerda.

mistérios da linguagem humana — tornando-se, nas mãos de alguns dos seus adeptos, um ramo da psicologia cognitiva. Di Pietro (1977) se refere a uma pergunta — um tanto desnordeadora — feita por um aluno logo após uma aula introdutória sobre a lingüística: “Como é que um lingüista ganha o Prêmio Nobel?” Lembrando que o cobicado prêmio é outorgado àqueles que de forma significativa contribuíram para a melhoria das condições em que vive a humanidade, o autor acrescenta: “Um possível candidato *pode ser* um lingüista, porém ele vai ter que se qualificar para o prêmio por algum outro motivo” (Di Pietro, 1977: 3).

A tão decantada emancipação da lingüística aplicada é hoje, sem sombra de dúvida, um fato institucionalmente consumado. Contudo, há fortes indícios de que a disciplina-mãe continua a exercer fascínio desmesurado sobre uma parcela dos pesquisadores. Isso ficou evidenciado num debate patrocinado pela revista *International Journal of Applied Linguistics* (cf. Rajagopalan, 1999a, b; Widdowson, 1999; Brumfit, 1999). O subtítulo ostentado por um volume recentemente publicado na Grã-Bretanha é prova contundente dessa hierarquização tacitamente aceita: *Solving Language Problems: From General to Applied Linguistics* (Hartmann, 1996). Seguindo à risca a mesma política editorial — que por sua vez fielmente reproduz o preconceito contra as questões de ordem prática — adotada pela série pioneira *The Edinburgh Course in Applied Linguistics*, de 1973, o livro de Hartmann começa com um conjunto de artigos de cunho teórico escritos por diferentes especialistas e termina com uma seção dedicada a assuntos práticos, reiterando, dessa forma, a crença amplamente divulgada entre nós de que a prática só se justifica e adquire confiabilidade quando decorre da teoria e jamais o contrário.

De onde vem o enorme prestígio da teoria, do pensamento abstrato e o relativo desprestígio da prática e sua posição de subalternidade em relação à primeira? Vale a pena nos deter um pouco para aprofundar essa questão, pois há fortes indícios de que se trata de um preconceito que se instalou em razão de uma série de pequenos ‘deslizes’ de raciocínio. Segundo Michael Oakeshott, a origem do preconceito contra a prática está na forma equivocada de se pensar a natureza do conhecimento e sua

aquisição. Para Oakeshott, é possível apontar para uma certa diferença entre “dois tipos de conhecimento [...] distinguíveis porém inseparáveis” — a saber, “conhecimento técnico” e “conhecimento prático”. O primeiro se adquire de forma consciente e é, em seguida, posto em prática. Funciona como um conjunto de técnicas abstratas e desvinculadas das condições peculiares que marcam suas eventuais aplicações. Os exemplos mais ilustrativos seriam as normas descritas em manuais para motoristas, receitas culinárias, procedimentos de verificação, observação e experimentação para a pesquisa em ciências naturais. O conhecimento técnico consistiria, noutras palavras, em um conjunto de diretrizes padronizadas e explicitadas em fórmulas sucintas, destinadas a serem válidas para todos os tempos, lugares, e condições.

Em contrapartida, o conhecimento prático existiria só na prática e não pode ser formulado na forma de regras rígidas. Trata-se de uma espécie de “know-how” e não de um corpo de conhecimentos que pode ser “transportado” de um lugar para outro. É, no entanto, o tipo de conhecimento que transforma um pianista em um verdadeiro gênio da música e que dá a um jogador de xadrez seu estilo e ao cientista tarimbado o toque extra. Por não ser mensurável, não há como ensinar ou aprender o conhecimento prático; ele só pode ser adquirido através de contato contínuo, isto é, se praticado por um longo período.

A distinção que Oakeshott propõe entre conhecimento técnico e conhecimento prático não é algo inédito ou sem precedentes. Propostas análogas foram feitas por William James (1890) e Gilbert Ryle (1949). O primeiro defendia uma distinção entre “conhecimento sobre” e “conhecimento por familiaridade (*acquaintance*)” e o segundo distinguia o “saber como” do “saber que”. A originalidade de Oakeshott está em que, para ele, os dois tipos de conhecimento são inseparáveis, pois um simplesmente não existiria sem a presença do outro. O autor, no entanto, vai ainda mais longe ao apontar para a dimensão proeminentemente política da questão do conhecimento — assunto usualmente tratado como exclusivamente pertencente ao domínio da epistemologia.

Segundo Oakeshott, há circunstâncias históricas que favorecem um desequilíbrio perverso entre os dois modos de conhecimento, criando a

ilusão de autonomia entre os dois. A sociedade moderna, em nome da razão e do racionalismo inspirado na herança do Iluminismo, tem importante parcela de culpa ao enaltecer demasiadamente a razão técnica às custas da razão prática. Nas palavras do próprio filósofo inglês,

A superioridade do conhecimento técnico [reside] em sua aparência de ter surgido da pura ignorância e de ter redundado em conhecimento total, isto é em sua aparência de começar e terminar em certeza (Oakeshott, 1991: 16-17).

O caminho de ceticismo radical trilhado por Descartes, até chegar (até se convencer de ter chegado) a uma certeza sólida e inquestionável — contida na fórmula “*cogito ergo sum*” — é exemplo típico do gesto, ao qual se refere Oakeshott, de enaltecimento do conhecimento técnico.

Quando o conhecimento técnico é visto como autônomo e totalmente desvinculado da vida vivida no mundo real, nasce a ilusão de um saber contido em si, auto-suficiente, insulado de todos os demais campos do saber — e, o que vem a ser pior ainda, aparentemente segregado do conhecimento prático ao qual ele está a rigor inseparavelmente ligado. A pior de todas as ilusões que isso cria é, no entender de Oakeshott, a idéia de que o conhecimento técnico seja não só superior, mas também anterior ao conhecimento prático. Cria-se, ademais, outra ilusão de que o conhecimento prático estaria presente no conhecimento teórico de forma, digamos, latente ou “cristalizada” — quando, na verdade, é o conhecimento técnico que, na visão de Oakeshott, surge como um “resumo da atividade concreta” (“abridgement of concrete activity”).

Voltando à questão posta no título deste trabalho — a que diz respeito à possibilidade de a lingüística aplicada vir a se alinhar à pedagogia crítica — cabe adiantar desde já que a resposta vai depender, antes de mais nada, do papel que se atribui à lingüística aplicada. Indagar a respeito das perspectivas para uma pedagogia crítica em relação à lingüística aplicada significa — à luz das breves colocações acima — abrir mão de uma série de posicionamentos equivocados que ainda se acham incrustados no meio acadêmico. Dentre eles destaca-se a idéia, fortemente arraigada em setores expressivos da comunidade científica, de que a pesquisa científica e o trabalho pedagógico devem manter-se distantes das

questões políticas que a comunidade enfrenta no seu dia-a-dia. Há quem defenda a tese de que qualquer esforço por parte de um pedagogo de opinar sobre essas questões equivale a um ato de intromissão indevida em questões que não lhe dizem respeito. De acordo com esse raciocínio, a atividade do educador deve proceder de forma neutra em relação às questões que envolvem a vida fora da sala de aula. O professor que se atreve a criar um espaço dentro de sala para que seus alunos possam discutir livremente a própria vida fora da sala de aula e procurar relacionar o que se aprende nos livros à realidade que eles vivem no seu dia-a-dia é visto com desconfiança e tachado de agente provocador ou alguém que confunde a nobre tarefa de educar com a prática nefasta de “fazer cabeças”, de doutrinar. Em seu livro *Campus War*, John Searle (1971), filósofo que tanto influenciou os rumos da lingüística nas últimas décadas, chega a tecer as seguintes e surpreendentes considerações:

O liberalismo acadêmico consiste não apenas em um conjunto de crenças a respeito de questões públicas, inclui também um conjunto de atitudes tão embutidas que se tornam uma parte significativa de todo um tipo de sensibilidade, um conjunto de categorias para se enxergar a realidade. Uma das características mais gritantes desse tipo de sensibilidade é que ela envolve uma suspeita crônica da autoridade estabelecida e às vezes até hostilidade para com ela. É difícil, de antemão, para aqueles que têm essa sensibilidade aceitar que, num conflito entre a autoridade entrincheirada e ultrapassada e a juventude rebelada, as autoridades possam estar com a razão e os rebelados, não (Searle, 1971: 129).

Sem entrar no mérito da questão específica que o autor discute (suas reflexões, no caso, dizem respeito à revolta estudantil do ano de 1968, com destaque para os acontecimentos na Universidade da Califórnia, campus de Berkeley), o que salta aos olhos na generalização de Searle é a insinuação de que o liberalismo acadêmico não passa de uma ideologia como qualquer outra (“um tipo de sensibilidade, um conjunto de categorias para enxergar a realidade”). Segundo o raciocínio de Searle, é preciso combater todas as ideologias com igual veemência e determinação. Já discuti o caráter eminentemente ideológico do próprio argumento que ele desenvolve contra a presença da ideologia no meio acadêmico e não pretendo entrar em detalhes aqui (cf. Rajagopalan, 1996a). O que deve

ficar claro é que a posição assumida por Searle e outros intelectuais que defendem uma pedagogia despolitizada é que a crença na neutralidade do educador é ela mesma uma atitude política — a de não perturbar a ordem das coisas que se encontra instalada, ainda que nela possam estar abrigadas severas injustiças e arbitrariedades gritantes.

Não se trata de simplesmente dar as costas àqueles que ainda ingenuamente acreditam que as escolas devem ser encaradas como verdadeiros templos sagrados do saber e os mestres (educadores) como autênticos sacerdotes. Embora seja de grande relevância denunciar os falsos ídolos e os falsos profetas, é igualmente importante tirar lições dos erros dos outros. Uma delas, a meu ver, é a percepção de que a caça à ideologia é um empreendimento infundável. Isso porque a ideologia e a teoria (ou, seja qual for o termo oposto escolhido: ciência, razão etc.) não são opostas como fogo e água, pois são feitas a partir da mesma matéria-prima (de onde a pertinência do velho ditado “O fogo se combate com fogo”). Aquilo que chamamos de ideologia, com frequência, nada mais é do que uma teoria cujas implicações nos incomodam. O contrário também procede. Nossa preferência por determinada teoria é frequentemente teleguiada por motivos ideológicos (cf. Rajagopalan, 1998b, 1999b).

Ao educador crítico cabe a tarefa de estimular a visão crítica dos alunos, de implantar uma postura crítica, de constante questionamento das certezas que, com o passar do tempo, adquirem a aura e a ‘intocabilidade’ dos dogmas. É por este motivo que o educador crítico atrai, via de regra, a ira daqueles que estão plenamente satisfeitos com o *status quo* e interpretam qualquer forma de questionamento das regras do jogo estabelecidas como uma grave ameaça a si e à sua situação confortável e privilegiada. A história vem se repetindo desde longínquos tempos na Grécia Antiga, quando Sócrates, o pai da filosofia no mundo ocidental, foi obrigado a se retratar de tudo o que ensinara aos atenienses sob pena de pagar pelo crime de perturbar a ordem com a sua própria vida. O educador crítico sempre foi e sempre será uma ameaça para os poderes constituídos.

No contexto da lingüística aplicada, uma proposta de pedagogia crítica terá que começar agindo em duas frentes: a primeira, assumindo

uma postura crítica — no lugar da tradicional postura de subserviência — em relação à lingüística teórica. Não se trata, como entendem muitos, de se limitar a escolher o que é útil e descartar aquilo que não interessa aos fins práticos. Trata-se, antes de mais nada, de questionar a própria validade da teorização feita *in vitro* e da sua aplicação automática no mundo da prática. Muitas vezes, tal postura deverá redundar na rejeição das propostas teóricas ou na formulação de propostas alternativas, oriundas da vida vivida e moldadas pelas exigências práticas nela verificadas.

A segunda frente de ação — que, no fundo, depende do êxito obtido na primeira — procurará proporcionar aos aprendizes capacidade de desenvolver formas de resistência e dar-lhes condições de enfrentar os desafios e decidir o que é melhor para si. No caso do ensino de línguas, mais especificamente de línguas estrangeiras, a questão adquire uma certa urgência, diante do efeito avassalador do fenômeno conhecido como “imperialismo lingüístico” (Phillipson, 1992; Pennycook, 1994, 1998). Como reagir diante deste rolo compressor que ameaça a própria sobrevivência das línguas regionais? A questão do imperialismo lingüístico é posta frequentemente como o aspecto lingüístico do fenômeno mais amplo e assustador da globalização que na prática significa a pasteurização e norte-americanização das diferentes culturas: o surgimento daquilo que foi, com muita propriedade batizado de “homo coca-colens”, termo cunhado num congresso sobre “criação e desenvolvimento” que aconteceu na Sorbonne em 1983 (cf. Cinquin, 1987) — despertando outros neologismos como “coca-colonização” e “as coca-colônias dos EUA”.

Em Rajagopalan (1999d, 1999e), chamei a atenção para o fato de que o discurso atual sobre o fenômeno do imperialismo lingüístico tende a esconder premissas questionáveis que dizem respeito à identidade da língua, do sujeito falante, da cultura etc., que, no fundo, não passam de anacronismos que sobreviveram ao século XIX, quando identidades fechadas em si e duráveis foram postuladas por motivos políticos inconfessáveis. Argumentei, em seguida, que o tempo em que vivemos exige de nós novas formas de pensar e teorizar tais identidades, reconhecendo seu caráter eminentemente político — ou seja, identidades lingüística,

cultural etc. como bandeiras políticas, erguidas e exploradas conforme as conveniências do momento (Rajagopalan, 1999, 1998a e 2001b).

Por outro lado, não resta dúvida de que há formas de enfrentar as ameaças — que são reais — representadas pela globalização desenfreada e pelo jogo de interesses das multinacionais que muitas vezes contrariam os interesses locais. Cabe ressaltar trabalhos como o de Canagarajah (1999b), que se dedica à importante questão de como os alunos e professores nos países de periferia podem e, muitas vezes, conseguem desafiar o esmagador poder de fogo das instituições encarregadas da missão de divulgar a língua inglesa e os valores culturais a ela associadas, pouco se preocupando com o impacto negativo que tal invasão cultural possa ter sobre a vida dos cidadãos comuns naqueles países. .

Canagarajah distingue entre teorias de reprodução inspiradas em algumas variantes determinísticas de estruturalismo e marxismo e teorias de resistência, que têm como fonte de inspiração abordagens pós-estruturalistas, mais abertas. No contexto de ensino e aprendizagem da língua inglesa nos países da periferia, a orientação reprodutivista é imediatista, pois objetiva apenas divulgar a língua e a cultura e os valores associados a ela, de forma mais eficaz e rápida, sem se importar com o custo social que a comunidade ‘beneficiária’ é obrigada a pagar. Dentro dessa orientação, os aprendizes são agentes inteiramente passivos, pedindo para ser ‘moldados’ na forma que mais convém aos interesses dos educadores.

A perspectiva de resistência procura trabalhar o potencial de questionamento e a auto-afirmação que já está presente em cada aluno, de forma que cada um possa desenvolver estratégias de lidar com a invasão cultural. Não se trata, evidentemente, de simples e terminantemente rechaçar toda influência vinda de fora, pois Canagarajah entende que tal atitude seria tão imprudente quanto a atitude exigida pela orientação reprodutivista, isto é, a de submissão total. Para o autor, a perspectiva de resistência tem por objetivo aprender a digerir a influência estrangeira, de tal forma que surja uma nova identidade, não a partir da negação total da identidade anterior, mas sim um aprimoramento a partir dela, em virtude de um diálogo saudável entre as culturas em conflito.

Poder-se-ia dizer que propostas com as de Canagarajah manifestam, no fundo, resquícios de um certo apego à lógica do “NÓS-ELES” ou seja, à idéia de que o mundo se divide em dois blocos, o de amigos (mocinhos) e inimigos (bandidos) (cf. Rajagopalan, 1999c, 2001a). Afinal, fomos todos aculturados sob o regime da lógica binária, que é própria da metafísica do mundo ocidental. O maior de todos os desafios talvez seja o de nos desvencilhar das garras daquela lógica que nos aprisiona como uma camicista-de-força e pensar o mundo como composto de entes cujas identidades se acham em permanente estado de renovação e recriação. A postura pós-estruturalista que estudiosos como Canagarajah preferem adotar requer que o mundo seja pensado como algo em constante evolução. Ora, para que a nossa ação transformadora sobre o mundo em estado de fluxo seja eficaz é imprescindível que ela seja também pensada e praticada de maneira pragmática — isto é, atendo-se a mudanças em curso o tempo todo.

Finalizando, a pedagogia crítica para os nossos tempos necessariamente terá que levar em conta o fato de que estamos lidando com identidades em rápida transformação. No caso específico da lingüística aplicada, isso quer dizer que já não há mais desculpas para não adotarmos uma postura crítica em relação às teorias que advêm das áreas como a lingüística que tradicionalmente forneceram o embasamento teórico sem que houvesse qualquer possibilidade de uma interrogação crítica sobre o mesmo.

Sobre a arte, a ficção e a política de representação

A passagem de Alice ao mundo misterioso do País das Maravilhas se dá ao cabo de um gesto impulsivo, tempestivo, da menina, segundo nos relata o autor do romance, Lewis Carroll. Sem saber por quê, ela corre atrás de um ‘Coelho Branco com olhinhos vermelhos’ que aparece de repente, e em seguida corre em direção à sua toca, reclamando estar atrasado e, para confundir a pobre menina ainda mais, tirando um relógio do bolso do colete e olhando-o.

Sem refletir, Alice entrou também na toca atrás do coelho, sem pensar que talvez fosse difícil sair de lá depois. A toca percorria um bom trecho em linha reta, como se fosse um túnel, e, de súbito, afundava tão bruscamente que Alice nem tempo teve de estacar e acabou caindo em uma espécie de poço muito profundo (Carroll, 1966, p. 4).

O leitor está informado, logo de início, do estado de cansaço e tédio que Alice sentia, o tempo todo sentada à margem de um rio num dia quente — o momento ideal para um cochilo. Ou seja, Alice está em condições ideais para ser transportada a um mundo de sonho, de imaginação. No estado em que se encontrava, tudo era possível: um coelho que fala, olha para o relógio, age como gente. Que maneira perfeita de dar entrada em um mundo diferente, tão diferente que tudo pode acontecer!

Acontece que nem tudo é tranqüilo a partir daí. Carroll faz questão de ressaltar que a queda na toca foi uma experiência fora do comum. Pois a menina descia devagar, como que em um filme em “slow motion”, dando-lhe tempo suficiente para registrar o que havia à sua volta (apesar da escuridão) e, o que é mais surpreendente ainda, engajar-se num monólogo prolongado:

“Quantos quilômetros terei já feito? — disse ela em voz alta — Sem dúvida chegarei a algum lugar no centro da Terra. Acho que, pelo menos, desci quatro mil quilômetros” (p. 6).

A incerteza e o mistério logo dão lugar à apreensão e saudade de casa:

Continuava descendo, descendo ... Como não podia fazer nada, senão pensar, continuou a monologar:

— Dina vai sentir muita falta de mim esta noite, coitadinha. Dina era a gata de Alice — Espero que, à hora do lanche, não se esqueçam de lhe dar o seu purezinho de leite ... Oh, querida Dina! Como gostaria que você estivesse agora comigo! No ar não há ratos, mas talvez haja morcegos. E os ratos e os morcegos são muito parecidos, só que os morcegos têm uma espécie de asas. Mas os gatos comerão morcegos? (Carroll, 1966: 7)

Em meio à sonolência que a partir daí começa a tomar conta, Alice chega ao fim da sua queda; ou melhor, ao fim de uma viagem e ao começo de outra.



Segundo uma possível leitura da obra *Alice no País das Maravilhas*, a toca seria o portal do mundo da imaginação, a linha divisória entre o mundo real e o mundo ao qual Lewis Carroll transportou gerações e gerações de crianças iguais a Alice e, por que não, muitos adultos também. O artifício da toca e da queda serviria, segundo nossa leitura, para “suavizar” a passagem de um mundo para o outro. A descrição minuciosa dos detalhes da paisagem que antecede a queda — a margem do rio, o calor da tarde etc. — seria nada mais que uma espécie de preparativo para o mundo da ficção. Acredito que tal leitura proceda enquanto tal. Ela até pode ser invocada e, com um pouco de esforço, trabalhada para emprestar sustento à tese defendida por Searle (1979), segundo a qual a chave para compreender a natureza do discurso fictício seria a noção de fingimento. O autor de uma obra de ficção apenas *finge* estar executando os atos de fala que compõem sua obra (Searle faz questão de salientar que tal

fingimento ou pretensão não visa enganar ninguém, objetiva apenas divertir os outros (ou a si mesmo?). Segundo Searle, a possibilidade de fingimento se deve “à existência de um conjunto de convenções que suspendem a operação normal das regras que relacionam atos ilocucionários e o mundo”. Acrescenta o autor:

Neste sentido, para utilizar o jargão de Wittgenstein, contar estórias realmente se constitui em um jogo de linguagem distinto; um jogo que para ser jogado pede um conjunto distinto de convenções, embora essas convenções não sejam regras do significado; e o jogo da linguagem não está no mesmo nível que os jogos ilocucionários da linguagem, mas é parasitário em relação a eles (Searle, 1979: 67).

Num artigo escrito em 1971, Ohmann chegou à mesma conclusão quando disse:

O escritor [de uma obra literária] *finge* que está relatando determinado discurso e o leitor aceita tal fingimento. Mais especificamente, o leitor constrói (imagina) um falante e um conjunto de circunstâncias que acompanham o “quase” ato de fala (Ohmann, 1971: 14).

Segundo a proposta de Searle e também de Ohmann, então, quando Lewis Carroll nos diz, logo no início do livro, que

Alice já começava a se cansar de estar sentada à margem do rio, ao lado da irmã, sem saber com que se divertir; tinha olhado para o livro que a outra lia, mas era um volume sem diálogos nem gravuras, e Alice dizia com os seus botões: “Para que serve um livro que não tenha nem gravuras?” (p. 4).

tudo não passaria de uma grande encenação, um grande exercício de faz-de-conta. Aparências à parte, nada daquilo que o autor nos parece afirmar valeria por atos ilocucionários *normais* de afirmação. Searle e Ohmann entendem, ao que parece, que o mundo de fatos e o mundo de ficção são totalmente distintos ontologicamente, sendo que o segundo se constituiria em uma instância parasitária em relação ao primeiro. Entende, ademais, que a entrada para o mundo de ficção se dá a partir de um gesto *consciente* por parte do escritor da obra, o gesto de sinalizar para o leitor de que vão vigorar para o jogo de linguagem que se inicia a partir daí apenas e tão-somente convenções pertencentes àquele conjunto todo especial, que suspendem as regras que regem os atos ilocucionários ‘normais’. Do lado do leitor da obra de ficção, haveria,

segundo Searle, uma clara percepção de que estão em jogo tais convenções diferentes das normais, ou para lembrar expressão usada por Samuel Taylor Coleridge, poeta e crítico inglês do século XVIII, uma “suspensão consentida da descrença” (*willing suspension of disbelief*). Ou, conforme explica Ohmann, o leitor terá de compactuar com o autor da obra ficção/literária no sentido de aceitar de bom grado o fato de que os atos de fala que ele vai encontrar na obra têm suas forças ilocucionárias garantidas apenas mimeticamente (Ohmann, *ibidem*).

Teóricos como Searle e Ohmann entendem que o fenômeno da ficção passa pela questão de representação. Para Searle, a representação fictícia em nada difere da representação factual, a não ser na questão das intenções do escritor. Pratt defende a mesma posição nas seguintes palavras:

Do ponto de vista teórico, não há razão alguma para esperar que o corpo de enunciados que chamamos de “literatura” seja sistematicamente distinguível dos demais enunciados com base em propriedades gramaticais ou textuais (Pratt, 1977: xi).

Diz Searle: “Um conto fictício é a pretensa representação de um estado de coisas” (Searle, 1979, p. 69). Ou seja, enquanto representação não há como distinguir uma obra de ficção de um texto que relata acontecimentos verídicos. Ou seja, a diferença não está visível no produto final. Ela está nas intenções comunicativas de quem produz o discurso. Ao comentar sobre a possibilidade de realismo em obras de ficção, Searle escreve:

Os teóricos da literatura tendem a emitir observações vagas sobre como o autor cria um mundo fictício, um mundo de romance, ou coisa parecida. Acredito que estamos em posição de fazer essas observações terem sentido. Ao fingir referir-se a pessoas e relatar eventos a seu respeito, o autor cria personagens e eventos fictícios. No caso de ficção realista ou naturalista, o autor fará referência a lugares e eventos reais, entremeando-os com referências fictícias, dessa forma tornando possível tratar do conto fictício como se fosse uma extensão do nosso conhecimento já existente (Searle, 1979: 73).



Propostas de “explicar” o fenômeno chamado ‘ficção’ como a de Searle — e, no caso de Ohmann, o fenômeno da literatura também — acabam,

na verdade, criando mais problemas teóricos do que conseguem solucionar. Ou melhor, substituem um problema por outro. Como diz Petrey:

A tese de Searle de que tenha conseguido solucionar o problema de ficcionalidade não tem nenhum embasamento fora da sua decisão de batizar a ficção de ‘fingimento’, um belo exemplo de truque mágico, longe do método austriano de fazer coisas com as palavras (Petrey, 1990: 69).

Subjacente à proposta de Searle está a convicção de que o discurso ficcional seja parasitário em relação ao discurso ‘sério’. Um exemplo do discurso sério seria o discurso do próprio filósofo. Para Searle, assim como todos aqueles que procuram explicar as formas discursivas que parecem não obedecer aos critérios estabelecidos para o discurso sério, a condição *sine qua non* para qualquer explicação é a de que ela seja conduzida como parte de um discurso sério. Ou seja, se o *explanandum* é discurso parasitário, o mesmo não pode acontecer com o *explanans*. Ficção só se explica por meio da realidade, a linguagem figurada mediante a linguagem literal, e assim por diante (cf. Rajagopalan, 1999a).

De forma mais abrangente, diria Searle, o discurso literário só se explica com o auxílio do discurso filosófico — ou seja, quem deve explicar o que é a literatura ou a ficção é o filósofo, jamais um poeta. Pois este simplesmente produz o discurso que é o objeto da investigação e portanto está incapacitado para explicá-lo; ao passo que aquele, por ser detentor de um discurso radicalmente diferente — e não ‘viciado’ pelas marcas do discurso que está sob a investigação — está plenamente habilitado para executar a tarefa com isenção. Por incrível que tudo isso pareça, tal atitude tem decidido os rumos da crítica literária ao longo dos tempos. Está por trás dos movimentos como o de *New Criticism* no sentido de tornar a crítica literária um empreendimento ‘científico’. A crítica literária, segundo os adeptos dessa ótica, deve consagrar o estatuto *sui generis* da literatura em relação ao discurso científico, a vitória da ciência sobre a arte, da razão sobre os sentimentos. Nas palavras de Harth:

O que era novo [em *New Criticism*] não foi simplesmente sua preocupação em defender as reivindicações da poesia contra as da ciência ao insistir em que a poesia se constitui em uma espécie de discurso essencialmente diferente do discurso da ciência, mas sua posição de que a poesia não era, de modo algum, inferior à ciência. A novidade estava numa guinada proposital das considera-

ções expressivas a considerações objetivas, em meio a qual os critérios exclusivos para a poesia não foram extraídos da mente criativa ou da sensibilidade por trás da obra, mas das estruturas verbais que constituíam as próprias obras (Harth, 1981: 526).



“[...] a história da teoria literária,” decreta Eagleton, “faz parte da história política e ideológica da nossa época” (Eagleton, 1983 p. 194). Isto é, a idéia kantiana de uma estética desvinculada de interesses alheios e freqüentemente ocultos é ela mesma sobrecarregada de conotações ideológicas (Smith, 1988; Rajagopalan, 1997c). Ou seja, toda representação, inclusive a representação da própria literatura pela crítica literária, é uma questão eminentemente ideológica e responde aos interesses políticos que norteiam seus defensores. Não há, em outras palavras, como escapar ao jogo da ideologia. Ela está presente em toda atividade humana, inclusive — e, talvez, de maneira mais traiçoeira ainda — em momentos em que acreditamos estar em condições de transcendê-la, como na construção de teorias (cf. Rajagopalan, 1998b, 1999b).

Toda representação é política porque se constitui num ato de intervenção. Ora, enquanto representações das realidades que se propõem a descrever, as teorias também funcionam como intervenções, fazendo com que nós comecemos a olhar para o mundo de uma forma e não de outra. Daí o motivo da tese defendida por Kuhn e outros de que, a menos que aconteça uma revolução, no curso normal do andamento da pesquisa científica — a chamada ‘ciência normal’ — os cientistas costumam olhar para o mundo de forma idêntica, concordando a respeito dos ‘problemas’ a serem resolvidos bem como as formas de resolvê-los. Como diz Hacking,

Novas teorias são novas representações. Elas representam em formas diferentes para que haja novas formas de realidade (Hacking, 1983: 139).

Hacking quer que o termo ‘representação’ seja compreendido de forma radicalmente diferente da noção kantiana sintetizada pela palavra alemã *Vorstellung*, para a qual o termo usualmente serve de tradução e é entendida como uma forma neutra e desinteressada em que os objetos seriam como que ‘postos’ diante da mente humana. Para Hacking, porém, “não há, pelo que sabemos, representação sem estilo” (Hacking, 1983: 137)

— isto é, a disponibilidade de alternativas e, portanto, de escolha é atributo indispensável de toda representação. “Os seres humanos são ‘representadores’. Não *homo faber*, digo eu, mas *homo depictor*. São as pessoas que fazem as representações” (Hacking, 1983: 132).



O que significa dizer que a representação é uma atividade política, e reflète as predileções ideológicas de quem representa? Há uma forma de lidar com a questão da ideologia que, a meu ver, pouco contribui para uma melhor compreensão de como a ideologia funciona, influencia os nossos modos de pensar e agir e interfere na própria realidade na qual nos encontramos inseridos. Trata-se do esforço de identificar a ideologia com o ponto de vista. Por exemplo, Paul Simpson, autor inglês simpaticamente dessa postura, entende que “a linguagem [funciona] como representação, como uma projeção de posições e perspectivas, como uma forma de comunicar atitudes e suposições” (Simpson, 1993, p. 2). Para esse autor, todo olhar seria imbuído de seu estilo próprio, e sua própria coloração ideológica. Ora, a consequência imediata da posição adotada por Simpson e outros tantos teóricos que entendem o estilo, a ideologia, e a subjetividade como farinha de um mesmo saco é deslocar toda a discussão para o velho sonho de transcender todos eles. Na medida em que a ideologia, como vimos na citação acima, está diretamente vinculada ao ponto de vista e a representação, esse sonho, em sua forma mais intensa e inconfessável, se transforma em desejo de superar a própria necessidade de representação. Isto é, o sonho redonda num desejo de suplantar a representação e de implantar no seu lugar a apresentação, sem qualquer intermediação, do significado em seu estado mais puro — enfim, a epifania do significado.

A esse desejo da epifania do significado é que Jacques Derrida dá o nome de “a metafísica da presença”. Concepções de ideologia como a de Simpson são no fundo apologias dessa metafísica, na medida em que entendem que a ideologia seja um empecilho no caminho da compreensão do verdadeiro “estado de coisas” — enfim, da realidade. Contrariamente a essa forma de tratar a questão da representação, Hacking insiste em que toda representação é necessariamente pública. Diz ele: “Tudo o que chamo de representação é público” (Hacking, 1983: 113). O que isso significa é que a política de repre-

sentação não é um substitutivo à antiga preocupação epistemológica. Ela é, em última análise, um aprofundamento da própria questão epistemológica. Em um ensaio de 1988, Eagleton faz a seguinte afirmação:

Abandonar a epistemologia em prol da política não é indesejável, é impossível; todos os enunciados de cunho político são implicitamente teorias sobre a realidade (Eagleton, 1988: 471).

E esclarece:

A posição do pragmatista que toma “interesse”, “poder”, ou “desejo” como seu ponto de partida epistemológico [...] está sujeita à contestação. Tal contestação inevitavelmente acarretará debate em torno de como são as coisas no mundo lá fora. Falar a respeito do mundo lá fora não quer dizer necessariamente que as coisas são uma vez por todas de uma só forma ou que o conhecimento do mundo está transcendentalmente descontaminada de interesses e desejos (Eagleton, *ibidem*).



À guisa de conclusão, podemos afirmar, ainda que de forma provisória, que as tentativas de distinguir ficção da realidade, literatura do discurso científico mal conseguem dar conta do recado, pois todas elas repousam sobre a questão da representação. Ocorre que a representação é, antes de mais nada, política. Logo, são os interesses políticos que vão ditar os critérios de demarcação.

Começamos a nossa discussão a partir da viagem ao mundo das maravilhas da menina Alice. Talvez a forma mais adequada de encerrar a nossa discussão seja lembrando uma outra viagem realizada por uma outra menina — Sophie Amundsen, para um mundo igualmente misterioso (ou, quem sabe, mais misterioso ainda). Alguns detalhes também chamam a atenção. Sophie está, segundo nos assegura o autor, Jostein Gaarder (1997), no rumo de sua própria casa, voltando da escola — Alice, em contrapartida, estava, como vimos, em pleno descanso, com a sonolência tomando conta de tudo aos poucos e abrindo o portal para o mundo dos sonhos. Coincidência ou não, também não falta o Coelho Branco para compor o elenco. Eis uma das frases mais memoráveis de *O mundo de Sofia*:

Um filósofo de verdade nunca desiste. Se pelo menos a gente conseguisse desprendê-lo... (Gaarder, 1997: 546).

Por uma lingüística crítica

O clamor para que as reflexões teóricas em torno do fenômeno da linguagem sejam conduzidas com base em uma postura crítica tem, no máximo, umas duas ou três décadas de história. As primeiras conclamações nesse sentido ocorreram no Reino Unido (Fowler e Cress, 1979; Hodge e Kress, 1979; Fowler, 1986). Hoje, a lingüística crítica se apresenta como um movimento fortemente consolidado (Fairclough, 1989, 1992, 1995; Cameron et alii, 1992; Chouliaraki e Fairclough, 1999), com adeptos nos quatro cantos do mundo. A julgar pela quantidade de livros, artigos em revistas especializadas, teses e dissertações defendidas ou em curso em diversos centros de pesquisa no mundo inteiro, congressos internacionais e até mesmo novas revistas sendo lançadas para atender ao público interessado cada vez crescente, a lingüística crítica veio para ficar. E, aos poucos, o lingüista vai recuperando seu verdadeiro papel enquanto cientista social, com um importante serviço a prestar à comunidade e, com isso, contribuir para a melhoria das condições de vida dos setores menos privilegiados da sociedade à qual pertence (Rajagopalan, 1999a, 1999b).

Abordar a lingüística de forma crítica implica, antes de tudo, abrir mão de uma das idéias preconcebidas a respeito de pesquisa lingüística que na verdade apenas tem funcionado como um entrave. Trata-se da crença bastante arraigada de que, por ser um cientista, um estudioso que pretende estudar o fenômeno da linguagem nos mesmos moldes em que qualquer outro cientista estudaria o seu objeto de estudo, o lingüista

está se firmando ao cabo de uma percepção de que a linguagem funciona como algo mais que um simples espelho da mente humana. Longe de ser um simples *tertium quid* entre a mente humana de um lado e o mundo externo do outro, a linguagem se constitui em importante palco de intervenção política, onde se manifestam as injustiças sociais pelas quais passa a comunidade em diferentes momentos da sua história e onde são travadas constantes lutas. A consciência crítica começa quando se dá conta do fato de que é intervindo na linguagem que se faz valer suas reivindicações e suas aspirações políticas. Em outras palavras, toma-se consciência de que trabalhar com a linguagem é necessariamente agir politicamente, com toda a responsabilidade ética que isso acarreta.

A idéia de que a atividade de teorizar, de construir teorias, não é uma atividade ideologicamente isenta ou neutra não se constitui, evidentemente, em nenhuma novidade. Talvez tenha sido essa a idéia que norteou os fundadores da Escola de Frankfurt, escola de crítica social que surgiu na Alemanha logo após a Primeira Guerra Mundial. Para o grupo de pensadores que se reuniram sob a égide dessa instituição, a questão urgente a ser debatida era: o que afinal saiu errado no velho sonho iluminista da aposta na Razão, na propalada capacidade dessa razão de conduzir a humanidade em direção à paz e à prosperidade para todos? Por que motivo os intelectuais que tanto apostavam na supremacia da Razão não conseguiram nem sequer prevenir tanta devastação numa parte do mundo supostamente civilizado, muito menos fazer com que tais acontecimentos fossem parte de um passado enterrado de uma vez por todas?

A desconfiança em relação à suposta capacidade da Razão de conduzir a humanidade em direção a dias melhores logo iria dar lugar à total desesperança. Assim, um quarto de século depois, já nos meses finais da Segunda Grande Guerra, o mundo soube das atrocidades inimagináveis praticadas durante aquela guerra. “É possível fazer poesia após Auschwitz?” — a pergunta levantada por Adorno não só acenava para o desmoronamento definitivo de certos sonhos acalentados pelos intelectuais da época, mas também sublinhava a necessidade urgente de repensar todo o quadro teórico então vigente. A irracionalidade e a crueldade

deve apenas buscar uma maior compreensão a respeito daquilo que escotei estudar, a saber, a linguagem. Ou seja, como um cientista da linguagem, não cabe ao lingüista fazer qualquer coisa além de *descrever* a linguagem na melhor forma possível. Qualquer tentativa de *interferir* no fenômeno estudado, seja no sentido de recomendar certos tipos de comportamento lingüístico em detrimento de outros, seja no sentido de influenciar as decisões tomadas na esfera de planejamento lingüístico, deve ser sumariamente rechaçada, segundo a cartilha de conduta que sempre norteou os rumos da lingüística desde que ela se ergueu como disciplina autônoma, digamos, no início do século XX.

A famigerada noção da “neutralidade” do cientista nada mais é do que uma herança do positivismo que imperou na época em que a lingüística se consolidava enquanto disciplina autônoma. Nas palavras de Cameron et alii (1992: 6):

O positivismo acarreta um certo apego ao estudo das frequências, das distribuições e das tendências manifestadas pelos fenômenos observáveis, seguida por uma descrição, em termos nomológicos, das relações entre os fenômenos. Para lembrar um exemplo bastante utilizado, uma descrição nos moldes positivistas de um jogo de bilhar faria referência às bolas de bilhar rolando de um lado para o outro com velocidades diferentes, colidindo entre si e contra as bordas da mesa, e sendo lançadas em novas direções e com outras velocidades — todas previsíveis e capazes de serem calculadas, recorrendo-se às leis da mecânica clássica. As únicas entidades reais nesse cenário seriam as bolas, os tacos, e a mesa; porém não as forças de fricção, inércia, e gravitação (e parece nunca haver jogadores de bilhar numa descrição positivista de um jogo em curso).

Contudo, o fato é que nem os cientistas pertencentes às áreas exatas creem mais na total isenção das suas atividades enquanto pesquisadores. Dizem eles com toda a franqueza e sem qualquer constrangimento que o seu trabalho também tem fortes conotações ideológicas e políticas. Ora, logo, os estudiosos em áreas mais “amenas” (que, no entanto, sempre procuraram emular os passos dos seus primos mais “nobres”), que ainda insistem na tese da neutralidade do cientista, estão querendo ser mais realistas que o próprio rei.

Felizmente, porém, conforme já disse, as coisas estão mudando. Ou melhor, começando a dar sinais de que estão prestes a mudar. Essa mudança

imensurável não se restringiam aos atos bárbaros praticados pelos derrotados — atos que vieram à tona mais tarde precisamente por terem sido derrotados, como acontece, com frequência, nesses casos. Os vitoriosos também não foram capazes de mostrar qualquer piedade, ou demonstrar domínio da razão sobre a emoção, ou da temperança e da equanimidade sobre a sede de vingança. O ataque punitivo e vingativo a Hiroshima e Nagasaki fez Oppenheimer, um dos pais da descoberta científica que tornou possível tamanha destruição indiscriminada, reunir sua equipe de pesquisadores e admitir responsabilidade direta nas consequências práticas da sua descoberta. Ou seja, foi enterrada definitivamente a idéia de que ciência pura desconheça qualquer moral, que a epistemologia possa estar desvinculada de considerações éticas ou juízos deontológicos.

Juntamente com a percepção de que a Razão Iluminista havia falhado na nobre tarefa que lhe fora confiada — a saber, a de promover a emancipação de toda a humanidade —, estava se firmando outra idéia: de que a linguagem ocupava lugar central em nossas ponderações acerca da condição humana. Trata-se, na verdade, de um desdobramento natural da chamada “virada lingüística” que houve no final do século XIX, acontecimento esse associado ao nome do lógico-filósofo alemão Gottlob Frege. Cada vez mais estava ficando patente que é na própria linguagem que devemos buscar as respostas para boa parte dos enigmas em torno da conduta humana que tanto afligiam os pensadores.

A lingüística crítica é herdeira de todas essas tendências na história da filosofia dos séculos passados. Ela nasceu a partir da conscientização de que trabalhar com a linguagem é necessariamente intervir na realidade social da qual ela faz parte. Linguagem é, em outras palavras, uma *prática social*. A lingüística também o é. A lingüística é uma prática social como qualquer outra e tem por seu objeto a própria linguagem, que, conforme a abordagem teórica que se adota, se esforça para caracterizá-la como uma realidade mental ou um objeto de natureza algorítmica etc. — em suma como qualquer coisa menos uma prática social. Pois, as reflexões teóricas que os teóricos da linguagem, os lingüistas, costumam fazer também são atividades conduzidas na — e através da — lingua-

gem, como aliás não poderia ser de outra forma. Isso quer dizer que, ao contrário do que alguns teóricos gostariam de crer, suas atividades não estão — e jamais podem estar — fora da linguagem. Pelo contrário, elas são atividades eminentemente lingüísticas. Ora, logo temos a consequência inevitável de que pensar *sobre* a linguagem é também uma das tantas formas de pensar *na* linguagem. Ou, dito de outra forma, a oposição “metalinguagem/ linguagem objeto” torna-se insustentável quando estamos trabalhando com as chamadas línguas “naturais” — termo esse que surgiu em oposição às “línguas formais” que os lógicos e os matemáticos costumam inventar para finalidades específicas.

A possibilidade de se dispor de uma metalinguagem depende, por sua vez, da possibilidade de se apoderar de um ponto de vista transcendental em relação ao objeto de estudo. Dizer que tal possibilidade não está ao alcance do lingüista é apenas uma outra forma de dizer que não há como sair da linguagem para contemplá-la como se nada tivesse a ver com ela. Ao reconhecer isso, estamos apenas levando a sério a tese de que a linguagem é envolvente. Ora, isso por sua vez significa que todo olhar é um olhar a partir de algum lugar socio-historicamente marcado, e como tal atravessado por conotações ideológicas.

Não é por coincidência que os lingüistas que abraçam a corrente crítica partem do pressuposto inicial de que as nossas falas são atravessadas pelas conotações político-ideológicas. E, isso que acabamos de observar vale também para as nossas falas a respeito da própria linguagem, já que não há como sair da linguagem para falar *sobre* ela de forma descompromissada. Como frisa Horkheimer (1989: 69) em seu ensaio *Philosophie und kritische Theorie*, escrito em 1937:

A teoria em seu sentido tradicional, cartesiano, como a que se encontra em vigor em todas as ciências especializadas, organiza a experiência à base da formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual. Os sistemas das disciplinas contêm os conhecimentos de tal forma que, sob circunstâncias dadas, são aplicáveis ao maior número possível de ocasiões.... A teoria crítica da sociedade, ao contrário, tem como objeto os *homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida* (ênfase acrescida).

A comunidade lingüística está felizmente se conscientizando cada vez mais do fato de que, da mesma forma que nos demais campos do saber, fazer ciência também é uma prática social, repleta de conotações ideológico-políticas que as práticas sociais acarretam (Rajagopalan, 1998d). Cada vez mais pesquisadores estão tomando consciência de que não há como se esquivar da responsabilidade ética que tal reconhecimento impõe à sua conduta enquanto pesquisadores. Donde o crescente interesse numa lingüística de forte cunho crítico.

O lingüista e o leigo

POR UM DIÁLOGO CADA VEZ MAIS
NECESSÁRIO E URGENTE

Nos últimos anos, temos testemunhado um acirramento extremamente preocupante — mensurável tanto em centígrados como em decibéis — nas discussões sobre questões relativas à língua portuguesa e à política lingüística em vigor no país. O projeto Aldo Rebelo (já arquivado — ufa!! — tendo dado lugar ao substitutivo do senador Amir Lando — ainda assim, ao que parece, longe de se constituir no capítulo final desta novela) trouxe à tona o enorme fosso existente entre os lingüistas, de um lado, e os leigos, do outro. Os leigos não se conformam com a atitude dos lingüistas, que se recusam a fazer coro com a gritaria geral contra a enxurrada de estrangeirismos que, em seu entender, desvirtuam a própria identidade da língua nacional. Os lingüistas, por sua vez, denunciam o espírito de sensacionalismo e alarmismo que tomou conta da reação popular diante de um assunto sério e insistem em dizer que procurar combater os efeitos danosos da globalização e do avanço do neo-imperialismo com medidas protecionistas dirigidas à língua nacional de forma concentrada é tapar o sol com a peneira.

Para os lingüistas, os leigos estão redondamente enganados ao pleitearem uma ação governamental para “disciplinar” os rumos da língua nacional e protegê-la contra a invasão estrangeira, principalmente advinda

da língua inglesa. As línguas são, dizem eles, invocando um saber acumulado através de anos e anos de estudos, sistemas que obedecem às suas próprias leis. Elas crescem, adquirem novos vocábulos etc., graças ao contato com outras línguas, ou minguem e definham se forem submetidas ao isolamento prolongado. Dentro dessa lógica, o contato com outras línguas não só não é prejudicial, mas, pelo contrário, é extremamente vantajoso e imprescindível para o crescimento e, até mesmo, a sobrevivência, de qualquer língua. Em outras palavras, o tiro que o leigo quer disparar só vai sair pela culatra. Olha só para o caso do inglês, apontam eles. Por sinal, justamente a língua que agora está na mira de todos aqueles irados com os rumos da política lingüística no Brasil. Não fosse o fato de a língua inglesa ter sofrido tanta influência de outras línguas, notadamente do latim, ela talvez não tivesse adquirido um vocabulário tão rico e versátil, e, por conseguinte, se tornado merecedora do título de língua universal nos dias de hoje.

Por sua parte, os leigos (leia-se, os não-lingüistas, já que muitos daqueles que são rotulados de “leigos” têm um vasto conhecimento sobre questões relativas à língua, à literatura e assuntos afins, embora tal conhecimento não seja reconhecido como “científico” pelo *establishment* da lingüística) se revelam igualmente impacientes em relação aos lingüistas que, a seu ver, fazem vista grossa ao fato de a língua inglesa hoje representar o poder avassalador de uma superpotência (aliás, a única que sobrou após a queda do muro de Berlim). Eles também demonstram cada vez mais impaciência diante da recusa dos lingüistas a compartilharem suas angústias sobre a integridade da língua portuguesa e suas chances de enfrentar a invasão estrangeira e de sobreviver à luta desigual com a língua inglesa. Do ponto de vista dos leigos, os lingüistas são um grupo de estudiosos que se refugiaram numa torre de marfim e se isolaram completamente dos anseios dos falantes comuns do idioma.

Como se não bastassem as desconfiâncias entre os lingüistas de um lado e os ditos “leigos” do outro, surgiu há pouco um novo desafio para os lingüistas no Brasil. Trata-se de um grupo de pessoas autodenominado “lingüistas brasileiros para a democracia” que, dizendo falar em nome de

todas as pessoas leigas e insistindo em não ter nenhum vínculo com universidades, nem nenhuma formação em lingüística, faz questão de rechaçar como antidemocrática a fala dos lingüistas. Estes novos desbravadores utilizam a internet para divulgar suas mensagens, em grande parte crítica à lingüística oficial sem oferecer — pelo menos até agora — nenhuma proposta concreta no lugar. Até onde parece possível inferir da sua postura, os lingüistas que lecionam e fazem pesquisas nas universidades etc. não são democráticos, uma vez que frequentemente remam contra a maré da opinião pública. Pela lógica, ser democrático significa falar em nome do “povo”, ou melhor, reproduzir a voz do povo. Ou seja, as teses lingüísticas não devem ser elaboradas mediante horas e horas de estudos em bibliotecas e pesquisas de campo, sob pena de não refletirem o pensamento dos leigos. Se dependesse da vontade dos membros do grupo autodenominado “lingüistas brasileiros para a democracia”, as únicas proposições verdadeiramente “democráticas” seriam fruto de uma *enquête*. A pesquisa lingüística deve, portanto, passar das mãos dos lingüistas para, quem sabe, os institutos de pesquisa de opinião com capacidade comprovada para levantar dados nos quatro cantos deste imenso país.

Diante da situação descrita acima, quero examinar as seguintes questões:

- * É possível que haja algo que nós, enquanto lingüistas profissionais, lotados em universidades e nos demais centros de pesquisa, possamos fazer, a fim de desfazer o total desconhecimento ou opiniões distorcidas acerca do nosso trabalho? (Rajagopalan 2001d).
- * É possível que, durante muito tempo, tenhamos simplesmente ignorado as opiniões dos leigos ao nos dedicar à nossa missão de elaborar teorias a respeito da linguagem? (Rajagopalan 2000b).
- * É possível que, em meio a nossa firme atuação durante a acalorada discussão sobre a língua e a pátria, tenhamos esquecido que o leigo também tem direito à sua opinião, que tal opinião precisa não só ser respeitada enquanto tal, mas levada em conta na hora de divulgar a posição que assumimos com base em anos de estudos?
- * É possível, enfim, iniciar uma discussão franca e proveitosa para ambos os lados?

Evidentemente, o assunto é muito mais complexo e multifacetado do que possa parecer à primeira vista. Com certeza, diz respeito a uma série de pressupostos subjacentes à própria ciência lingüística. Por exemplo, é sabido que a lingüística enquanto ciência foi erguida sob a premissa de que a opinião do leigo, do informante que fornece os dados para as análises posteriores, não vale quase nada, a não ser do ponto de vista de curiosidade, digamos, antropológica. A lingüística enquanto disciplina moderna, desde seus primórdios, desenvolveu seus conceitos básicos à revelia do senso comum, a partir de uma premissa que se convencionou chamar de “*clean-slate principle*” (princípio de lousa limpa) — ou seja, o princípio de que a reflexão teórica a respeito da natureza da linguagem tem que se dar pressupondo o mínimo possível (Johnson, 2001, Aitchison, 2001, Garrett, 2001). O senso comum sempre foi tratado como um empecilho, algo a ser sumariamente descartado, a fim de que a reflexão teórica pudesse ser conduzida de maneira livre. Está aí como prova mais contundente dessa postura o ensaio clássico de Leonard Bloomfield (1944) intitulado *Secondary and Tertiary Responses to Language*, no qual as eventuais observações de ordem metalingüística emitidas pelos informantes são sumariamente descartadas como não merecedoras de atenção séria pelo lingüista (Rajagopalan 1999b, 2002e, no prelo-1).

Acontece que o nosso auto-imposto distanciamento em relação ao senso comum é visto pelos leigos como forma de um certo elitismo intelectual e de puro desprezo às opiniões leigas. No fundo, tal atitude se relaciona com a dificuldade que o público leigo tem em perceber o próprio estatuto da lingüística como ciência. Neste sentido, a situação do lingüista na sociedade é muito diferente da de um, digamos, físico ou biólogo. Ninguém estranha quando um físico expõe suas idéias, muitas das quais contrárias às crenças populares. O leigo não só não aceita a legitimidade da física enquanto um corpo de conhecimento muitas vezes na contramão do senso comum, como também se diz pronto para escutar o que o físico tem a dizer e aceitá-lo como opinião respeitável, ainda que se diga incapaz de compreendê-la. Da mesma forma, a maioria das pessoas leigas escuta o que um biólogo diz e não parte para um confronto, com base nas crenças folclóricas que afirmam o contrário. Até mesmo

os meteorologistas contam grande prestígio entre os leigos, mesmo quando erram mais vezes do que acertam em suas previsões diárias. Por que os leigos têm opinião diferente a respeito dos lingüistas?

Uma possível resposta à pergunta levantada acima poderá ser a de que os leigos ainda não sabem o que de fato os lingüistas fazem. Eles nem sequer sabem do que a lingüística trata. O lingüista é freqüentemente confundido com um poliglota ou um gramático tradicional. “Você é lingüista? Então me diga, como se diz em chinês ‘saúde’ ou qual é a forma correta de dizer ... etc.” Em sua última visita aos EUA, João Paulo II foi saudado pelo então presidente Bill Clinton com as seguintes palavras: “Não sou, nem de longe, um lingüista como o senhor, Santo Padre”. Clinton estava, evidentemente, fazendo alusão ao fato de o Papa mandar mensagens aos povos do mundo inteiro em seus respectivos idiomas.

Em grande parte, o total desconhecimento por parte dos leigos do que se faz no campo da lingüística provavelmente tem a ver com um certo desinteresse por parte do lingüista em divulgar o seu trabalho ou, como ficou evidente durante o desenrolar dos últimos acontecimentos, uma certa inabilidade ou falta de *savoir-faire* em defender seu quinhão. Alias, nas áreas denominadas “humanas”, observa-se com freqüência um desejo de se aliar às ciências mais “nobres” — leia-se as “exatas” ou, se possível, à matemática. Em matéria publicada recentemente na revista *Veja*, o economista Gustavo Franco chega a celebrar o fato de que cada vez um maior número dos seus colegas está, segundo ele, aderindo à corrente que vê a economia como uma disciplina regida pela matemática. Diz ele: “A matemática é apenas um idioma, mas é certo que multiplica a inteligência humana” (Franco, 2003; 112). Uma observação equivocada, pois longe de ser “apenas um idioma”, a matemática é vista como o idioma pela civilização ocidental — Leibniz, impressionado pela beleza e a “perfeição” da linguagem da matemática chega a exclaimar que uma língua tão perfeita deve ter como falante número um — se não como seu único falante — o próprio Deus, o Ser Perfeito por excelência. Ou seja, ao pleitear a aproximação da economia à matemática, Franco está querendo transformá-la numa ciência exata. O título do seu texto diz tudo: “Mate-

mática e neoliberalismo”. Pela implicação, a matemática seria a própria forma de expressão do novo deus do liberalismo: o Mercado. Tão implacável, onisciente, onipotente quanto as leis da matemática. O autor do texto lembra Eric Hobsbawm, historiador inglês e celebrante do fato de que “a matemática assinalou o divórcio entre a ciência e o senso comum”.

Assim como no caso da economia, há quem deseje transformar a lingüística numa ciência exata. Alias, desde o momento do seu surgimento como campo de estudo autônomo, a lingüística sempre foi saudada como uma ciência. Livros introdutórios fazem questão de ressaltar o caráter científico da disciplina. Os gramáticos tradicionais foram convocados para servir de contraponto, de *sparring* para que os detentores do novo saber pudessem alardear suas credenciais científicas e se autoproclamarem autênticos cientistas.

Infelizmente porém, o modelo da ciência que norteou a lingüística desde seus primórdios se revela um tanto esgotado. Mais grave ainda, apenas tem servido para que houvesse um distanciamento progressivo entre o especialista e as pessoas comuns. O surpreendente é que muitos entre nós reconhecemos isso. Mas achamos que nada há a lamentar. O desprezo para com as preocupações das pessoas comuns também se manifesta na forma como é tratada a questão da aplicação das teorias para fins práticos. Um caso exemplar é o campo de pesquisa denominado “Aquisição da Segunda Língua (ASL)” “Progresso em ASL”, diz um pesquisador de peso, “como em qualquer outra disciplina científica, ocorre quando focamos no problema explanatório, e não quando olhamos para as possíveis aplicações” (Gregg, 1996: 74-75).

Atitudes como a de Gregg são sintomáticas de uma certa herança racionalista que orienta o trabalho de muitos pesquisadores na área. De acordo com um dos preceitos da tradição racionalista, a prática sempre deve andar a reboque da teoria, o “como” deve suceder o “quê”. Felizmente, há sinais de que um número cada vez crescente de pesquisadores está questionando tal premissa. Por exemplo, van Lier (1991: 78) chega a rechaçar a posição de Gregg argumentando que, pela mesma lógica, seria o único objetivo das pesquisas sobre a AIDS a elaboração de uma teoria sobre a doença e não a descoberta de uma cura.

O fato é que, lamentavelmente, muitos pesquisadores no campo de estudos sobre a linguagem preferem trabalhar à revelia das possíveis consequências do seu trabalho para o mundo e para as pessoas de carne e osso que nele habitam. Muitos se orgulham de estar em companhia de outros cientistas — de preferência, físicos ou químicos — que, na sua ótica, não costumam se preocupar com os desdobramentos práticos das suas experiências científicas no laboratório. A pergunta que devemos fazer neste instante é: será que a linguagem pode ser analisada da mesma maneira que os físicos e químicos costumam analisar os seus objetos de estudo? Ao considerar a linguagem como um objeto natural e não cultural, que escolhas, que estratégias de exclusão estariam sendo operacionalizadas e para que finalidades? Finalmente, é lícito fazer vista grossa ao fato de que reflexões sobre a linguagem são necessariamente conduzidas por intermédio da mesma linguagem, o que por si só distinguiria a linguagem de qualquer outro fenômeno enquanto objeto de estudo?

Ter interesse ou não em se dirigir aos anseios populares, em dialogar com os leigos, em pensar nas consequências práticas das nossas elucubrações teóricas é uma questão de escolha. Em outras palavras, é uma questão política. Como também é uma questão eminentemente política qualquer decisão a respeito de como abordar a ciência da linguagem — como um físico encara seu objeto ou um sociólogo o faz. No primeiro caso, estamos lavando as mãos ante qualquer responsabilidade ético-política relativa ao nosso trabalho como pesquisadores. No segundo caso, aí sim, estamos realçando o caráter social do próprio trabalho do estudioso.

A lingüística, ao que parece, ainda sofre de uma decisão tomada no seu momento inaugural, a de se aliar às ciências exatas (pelo motivo evidente de prestígio que isso pudesse trazer). E o preço que se paga é um distanciamento cada vez mais evidente do interesse popular. O que está em jogo não é apenas uma questão interna à ciência. O que está em jogo é a própria sobrevivência da disciplina e a questão da relevância social dessa disciplina (Rajagopalan, 1997, b, c; 2000b; 2001 a, b; 2002 a, b, c, d).

- DAVIES, Alan (1989). Communicative competence as language use. *Applied Linguistics*, vol.10, pp. 157-170.
- DEBORD, Guy (1967). *The Society of the Spectacle*. New York: Back & Red [ed. br.: (1997). *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto].
- DESAI, Z. (1995). The evolution of a post-apartheid language policy in South Africa: an ongoing site of struggle. *European Journal of Intercultural Studies*, vol. 5 n.º 3, pp. 18-25.
- DINNEN, Francis P. (1967). *An Introduction to General Linguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- DI PIETRO, Robert J. (1977). The need to be practical. In Makkai, Adam et alii (orgs.) (1977). *Linguistics at Crossroads*. Padoa: Liviana Editrice, pp. 3-12.
- EAGLETON, Terry (1983). *Literary Theory: An Introduction*. Minneapolis: The University of Minnesota Press.
- ____ (1998). Two approaches in the sociology of literature. *Critical Inquiry*, vol. 14, n.º pp. 469-476.
- EATON, Trevor (1996). Editorial. *Journal of Literary Semantics*, XXVI/1, 1-6.
- EMENEAU, M. B. (1956). India as a linguistic area. In D. Hymes (org.) (1964). *Language in Culture and Society*. New York: Harper & Row, pp. 642-653.
- FAIRCLOUGH, Norman (1989). *Language and Power*. London: Longman.
- ____ (1992a). *Discourse and Social Change*. London: Polity Press [ed. br.: (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB].
- ____ (org.) (1992b). *Critical Language Awareness*. London: Longman.
- ____ (1995). *Critical Discourse Analysis*. London: Longman.
- ____ (1997). Discourse across disciplines: discourse analysis in researching social change. *ALLA Review*, n.º 12, pp. 3-17.
- FARACO, Carlos Alberto (2001). Guerras em torno da língua. *Folha de S. Paulo*, Mais, 25 de março, pp. 30-31 [publicado também em Faraco, C. A. (org.) (2001). *Estrangeirismos - guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial].
- FEYERABEND, Paul (1975). *Contra o Método*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- FISH, Stanley (1980). *Is There a Text in this Class?* Cambridge, MA.: Harvard University Press.
- FWLER, Roger (1986). *Linguistic Criticism*. London: Oxford University Press [ed. port.: (1994). *Crítica lingüística*. Lisboa: Caboste Gulbenkian].
- ____ e KRESS, G. (1979). Critical linguistics. In Fowler, R. et alii (orgs.). *Language and Control*. London: Routledge & Kegan Paul.
- ____, HODGE, R., KRESS, G. e TREFW, T. (1979). *Language and Control*. London: Routledge & Kegan Paul.
- FRANCO, G. (2003). Matemática e neoliberalismo. *Veja*, Ed. 1800, Ano. 30, n.º 17, p. 112.
- GAARDER, J. (1997). *Sophias World*. London: Phoenix [ed. br.: (1995). *O mundo de Sofia*. São Paulo: Cia. das Letras].
- GARRET, P. (2001). Language attitudes and sociolinguistics. *Journal of Sociolinguistics*, 5/4, 626-632.
- GIROUX, Henry A. (1996). Um livro para os que cruzam fronteiras. In Gadotti, Moacir (org.) (1996). *Paulo Freire: uma biografia*. São Paulo: Cortez Editora, pp. 569-570.
- GRAY, Bennison (1980). The impregnability of American linguistics: an historical sketch. *Lingua*, vol. 50, n.º _ pp. 5-23.
- GREENFIELD, L. (1998). Nationalism and language. In Mey, J. L. (org.) (1998). *Concise Encyclopedia of Pragmatics*. Oxford: Elsevier, pp. 635-641.
- GREGG, K. R. (1996). The logical and developmental problems of second language acquisition. In: Ritchie, W. C. and Bhatia, T.K. (orgs.). *Handbook of Second Language Acquisition*, (pp. 50-81). New York: Academic Press.
- HAACK, Susan (1978). *Philosophy of Logics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HALDANE, J. B. S. (1930). *The Marxist Philosophy of Sciences*. London.
- HARRIS, Roy (1981). *The Language Myth*. London: Duckworth.
- ____ (1987). *Reading Saussure*. London: Duckworth.
- ____ (1990). On redefining linguistics. In Davis, H.G. e Taylor, T.J. (orgs.) *Redefining Linguistics*. London: Routledge, pp. 18-52.
- ____ (1996). *The Language Connection*. Bristol: Thoemmes Press.
- ____ e WOLLE, George (orgs.) (1998). *Integrational Linguistics: A First Reader*. Oxford: Pergamon.

Referências bibliográficas

- AITCHISON, J. (2001). Misunderstandings about language: a historical view. *Journal of Sociolinguistics*, vol. 5, n.º 4, pp. 61-620.
- AUSTIN, John L. (1962). *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press [ed. br.: (1990). *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas].
- BAKHTIN, Michael M. (1981). *The Dialogic Imagination*. Org. M. Holquist. Austin: University of Texas Press.
- BLOOMFIELD, L. (1944). Secondary and tertiary responses to language. *Language*, 20, pp. 45-55.
- BRUMFIT, Christopher. (1999). 'A reply to Rajagopalan.' *International Journal of Applied Linguistics*, vol. 9, n.º 1, pp. 120-122.
- BUCK, C. D. (1916). Language and the sentiment of nationality. *American Political Science Review*, vol. 10, pp. 44-69.
- CALVET, L.-J. (1974). *Linguistique et colonialisme: petit traité de glottologie*. Paris: Perot.
- CAMERON, Deborah (1985). *Feminism and Linguistic Theory*. London: Macmillan.
- ____ et alii. (1992). *Researching Language: Issues of Power and Method*. London: Routledge.
- ____ et alii. (1993). Ethics, advocacy and empowerment: issues of method in researching language. *Language and Communication*, vol. 13, n.º 2, pp. 81-94.
- CANAGARAJAH, A. Suresh. (1999a). On EFL teachers, awareness, and agency. *ELT Journal*, vol. 53, n.º 3, pp. 207-214.
- ____ (1999b). *Resisting Linguistic Imperialism in English Teaching*. Oxford: Oxford University Press.
- CARROLL, Lewis. (1966). *Alice no País das Maravilhas*. Trad. Primavera de Neves. Rio de Janeiro: Editorial Bruguera Ltda.
- CHILTON, P. (org.) (1985). *Language and the Nuclear Arms Debate: Newspeak Today*. London: Frances Pinter.
- CHOMSKY, Noam A. (1977). *Language and Responsibility*. New York: Pantheon Books.
- ____ (1980). *Rules and Representations*. Oxford: Basil Blackwell.
- ____ (1995). Language and nature. *Mind*, vol. 104, n.º. 413, pp. 1-61.
- ____ (1997). What makes mainstream media mainstream: From a talk at Z Media Institute in June 1997. *Z magazine*. 1997. http://www.lolshareworld.com/zmag/articles/cho_moct97.htm
- CHOULLARAKI, Lily e FAIRCLOUGH, Norman (1999). *Discourse in Late Modernity*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- CINQUIN, Chantal. (1987). Homo Coca-colens: from marketing to semiotics and politics. In Umiker-Semco, Jean (org.) (1987). *Marketing and Semiotics*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- CORDER, S. Pit (1973). *Introducing Applied Linguistics*. Harmondsworth: Penguin.
- CRYSTAL, David. (1980). *A First Dictionary of Linguistics and Phonetics*. London: André Deutsch Ltd. [ed. br.: (1988). *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor].
- DAY, R. (1980). ESL: a factor in linguistic genocide. In J.C. Fisher e M. A. Clarke (orgs.). *Language of Inequality*. Berlin: Mouton, pp. 163-181.

- HARTH, P. (1981). The new criticism and eighteenth-century poetry. *Critical Inquiry*, vol. 7, n.º 3, pp. 521-537.
- HARTMANN, Reinhard R. K. (1996). *Solving Language Problems. From General to Applied Linguistics*. Exeter: University of Exeter Press.
- HOBSBAWM, Eric (1996). Identity politics and the Left. *New Left Review*, n.º 217, pp. 38-47.
- HODGE, R. e KRESS, G. (1979). *Language as Ideology*. London: Routledge.
- HOLLIDAY, Adrian (1996). Developing a sociological imagination: Expanding ethnography in international English language education. *Applied Linguistics*, 17, 234-255.
- HORKHEIMER, Max (1989). Filosofia e teoria crítica. In *Horkheimer – Adorno*. Série: Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural Limitada, 3a ed, pp. 69-75.
- HORTON, Myles e FRIERE, Paulo (1990). *We Make the Road by Walking*. Philadelphia: Temple University Press.
- HUNTINGTON, Samuel (1997). *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Trad. bras. M. H. C. Cortes. Rio de Janeiro: Objetiva.
- HUTTON, Christopher (1996). Law lessons for linguists? Accountability and acts of professional classification. *Language & Communication*, vol. 16, n.º 3, pp. 205-214.
- HVMS, Dell (1972). On communicative competence. In Pride, J. B. and Holmes, J. (orgs.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin, pp. 269-285.
- (1974). Review of John Lyons' *Noam Chomsky*. In Harman, Gilbert (org) (1974). *On Noam Chomsky: Critical Essays*. New York: Anchor Books, pp. 316-333. [Originalmente publicado em *Language* vol. 48 (1972): 416-27.]
- JAMES, William (1890) 1981. *The Principles of Psychology*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- JOHNSON, S. (2001). Who's misunderstanding whom? Sociolinguistics, public debate and the media. *Journal of Sociolinguistics*, vol. 5, n.º 4, pp. 591-610.
- KAPLAN, David (1978). *Dhat*. In Cole, P. (org) *Syntax and Semantics*, vol. 9. *Pragmatics*. New York: Academic Press, pp. 221-243.
- KLEIN, G. (1989). Language policy during the fascist period: the case of language education. In Wodak, R. (org) (1989). *Language, Power and Ideology. Studies in Political Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 39-56.
- KLEMPERER, V. (2000). *The Language of the Third Reich. A Philologist's Notebook*. London. (trad. M. Brady).
- KOORG, J. (1977). Hopkin's linguistic deviations. *Publications of Modern Language Association* vol. 92 n.º 5, pp. 977-86.
- KRAUSE, Jill e RENWICK, Neil (orgs.) (1996). *Identities in International Relations*. London: Macmillan Press Ltd.
- KRESS, G. e HODGE, R. (1979). *Language as Ideology*. London: Routledge.
- KRIPKE, S. (1972). Naming and necessity. In Davidson, D. and Harman, G. (orgs.). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht-Holland: D. Reidel Publishing Company.
- KUHN, Thomas (1962). *The Structure of Scientific Revolutions*. (2nd enlarged edition). Chicago: University of Chicago Press [ed. br. (1998). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva].
- LABOV, William (1982). Objectivity and commitment in linguistic science: the case of Black English Trial in Ann Arbor. *Language and Society*, vol. 11, pp. 165-201.
- LAKOFF, Robin (1989). The way we were; or, the real actual truth about generative semantics. A memoir. *Journal of Pragmatics*, vol. 13, n.º 6, pp. 939-88.
- LIPPI-GREEN, R. (1994). Accent, standard language ideology and discriminatory pretext in the courts. *Language in Society*, vol. 23 n.º 2, pp. 163-198.
- LYONS, John. (1989). The last forty years: real progress or not? In J. E. Alatis (org). *George University Round Table on Language and Linguistics 1989*. Washington, D.C.: Georgetown University Press, pp. 13-38.
- MARTIN, J. R. (2000). Design and practice: enacting functional linguistics. *Annual Review of Applied Linguistics*, vol. 20, pp. 116-126.
- MARX, Karl (1847). *The Poverty of Philosophy*. In K. Marx & F. Engels (1958). *Selected Writings*. London: Lawrence & Wishart [ed. br. (1985). *Miséria da filosofia*. São Paulo: Global Editora].
- McGOWAN, J. (1991). *Postmodernism and its Critics*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da (2002). *A transdisciplinaridade é possível em linguística aplicada?* In Signorini, I. e Cavalcanti, M.C. (orgs.) (2002). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 113-128.
- MÜLLER, M. (1871). *Lectures on the Science of Language*. New York: Scribner.
- NEWMAYER, Fredrick J. (1980). *Linguistic Theory in America*. New York: Academic Press.
- (1986). *Politics of Linguistics*. Chicago: Chicago University Press.
- OAKESHOTT, Michael (1962) [1991]. *Rationalism in Politics and Other Essays*. Indianapolis: Liberty Press.
- OHMANN, Richard. (1971). Speech acts and the definition of literature. *Philosophy and Rhetoric*, vol. 4, pp. 1-19.
- PANDIT, Prabodh B. (1975). Linguistics and sociology. In Bartsch, Rand Venemamm, T. (orgs.). (1975). *Linguistics and Neighbouring Disciplines*. Amsterdam: North-Holland, pp. 171-180.
- PATEMAN, T. (1975). *Language, Truth, and Politics*. Nottingham: Russell Press.
- PENNYCOOK, Alastair (no prelo). *Critical applied linguistics. A sair em Davies, A. e Elder, C. (orgs.). Handbook of Applied Linguistics*. London: Blackwell Publishers.
- (1994). *The Cultural Politics of English as an International Language*. London: Longman.
- (1998). *English and the Discourses of Colonialism*. London: Routledge.
- PETREY, Sandy (1990). *Speech Acts and Literary Theory*. London: Cambridge University Press.
- PHILIPSON, Robert (1992). *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- e SKUTNABB-KANGAS, Tove (1995). Linguistic rights and wrongs. *Applied Linguistics*, vol. 16, n.º 4, pp. 483-504.
- PUTNAM, Hilary (1975). *Mind, Language and Reality*. London: Cambridge University Press.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil (1987). Comunicar é preciso. *Boletim da ABRALIN*, n.º 8, pp. 83-86.
- (1988). Filosofia da linguística: o que é e para que serve? *Boletim da ABRALIN*, n.º 9, pp. 7-14.
- (1989). Sobre a inassociabilidade do historiar da linguística do próprio fazer da linguística. *D. E. L. T. A. Vol. 5, n.º 2, pp. 225-240*.
- (1995). *Critical Discourse Analysis and its Discontents*. Working Papers, n.º 72. Universidade de Lancaster.
- (1996a) On the ideological underpinnings of the theory of speech acts. *Revista de Estudos da Linguagem*, Ano. 5, n.º 4, Vol. 2, pp. 105-132
- (1996b). Corpo e sentido numa perspectiva desconstrutivista. In Silva, I. A. (org). *Corpo e sentido: a escuta do sentido*. Araraquara: Editora da UNESP, pp. 79-84.
- (1997a) Linguistics and the myth of nativity: comments on the controversy over 'new/non-native' Englishes. *Journal of Pragmatics*, vol. 27, pp. 225-231.
- (1997b) A ideologia de homogeneização: reflexões concernentes à questão da heterogeneidade na linguística. *Revista Letras*, vol. n.º 14, pp. 21-37.
- (1997c). Aesthetics vs. ideology: the case of canon formation. *The British Journal of Aesthetics*, vol. 37, n.º 1, pp. 75-83.
- (1997d) O lugar da Linguística no estudo da linguagem. *Série Linguagem*, n.º 2. Ed. Lovise, pp. 73-84
- (1997e). Sobre a dimensão ética das teorias linguísticas. *Estudos Linguísticos XXVI*. (Anais do XLIV Seminário).
- GEL, 1997, pp. 340-346. (Texto reproduzido neste volume, pp. 49ss)
- (1997f). A prática da linguística e a linguística da prática: um depoimento pessoal. *Revista Intercâmbio*, PUC-SP, vol. VI, Parte 1, pp. 3-8.
- (1998a). O conceito de identidade na linguística: é chegada a hora de uma reconsideração radical? In Signorini, Inés. (org). (1998). *Lingua (gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, pp. 21-45.
- (1998b). On the theoretical trappings of the thesis of anti-theory, or, why the idea of theory may not, after all, be all that bad: a response to Gary Thomas. *Harvard Educational Review*, vol. 68, n.º 3, pp. 335-352.
- (1998c). Ideologia do suprimido: ou, como não teorizar a respeito da ideologia. *DELTA*, vol. 14, n.º 1, pp. 121-139.
- (1998d). Linguistics and the question of ethics. *Crop*, 4/5, pp. 215-250.
- (1999a). Review article on *Metaphor: Implications and Applications* by J.C. Mio & A. N. Katz (eds.) *Studies in Language*, vol. 23, n.º 2, pp. 409-423.
- (1999b). Tuning up amidst the din of discordant notes: on a recent bout of identity crisis in applied linguistics. *International Journal of Applied Linguistics*, 9.1, pp. 99-119.
- (1999c). Critical approaches and their *raison d'être*: a rejoinder to Brumfit and Widdowson. *International Journal of Applied Linguistics*, 9.1, pp. 127-134
- (1999d). Of EFL teachers, conscience, and cowardice. *ELT Journal*, Vol. 53, n.º 3, 1999, pp. 200-206.
- (1999e). A caveat or two on awareness and agency: a response to Canagarajah. *ELT Journal*, vol. 53, n.º 3, 1999, pp. 215-216.

- ROBINS, R. H. (1981 [1964]). *Linguística geral*. Porto Alegre: Editora Globo. 2ª ed.
- RORTY, Richard (1997). O fedor de Heidegger. *Folha de S. Paulo*, Domingo, 20 de abril.
- RUSSELL, Bertrand (1911). Knowledge by acquaintance and knowledge by description. *Proceedings of the Aristotelian Society*, vol. 11, pp. 142-156.
- RYLE, Gilbert (1949). *The Concept of Mind*. London: Hutchinson.
- SAID, Edward (1993). Culture and imperialism. *Z Magazine*, Fev. 1993, pp. 12-27.
- SAMPSON, Geoffrey (1980). *Schools of Linguistics: Competition and Evolution*. London: Hutchinson.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1971). *Curso de Linguística Geral*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Cultrix.
- SEARLE, John R. (1969). *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1979). The logical status of fictional discourse. In SEARLE, J. R. (1979). *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 58-75.
- _____. e D. VANDERVEKEN. (1985). *Foundations of Illocutionary Logic*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SEGERDAHL, P. (1995). Linguistic theory and actual language. *Language and Communication*, vol. 15, n.º 1, pp. 31-42.
- SHAPIRO, M. J. (1981). *Language and Political Understanding*. New Haven: Yale University Press.
- SIMPSON, John. (2000). *A Mad World, My Masters*. London: Macmillan.
- SIMPSON, Paul. (1993). *Language, Ideology, and Point of View*. London: Routledge.
- SMITH, Barbara Herrnstein (1988). *Contingencies of Value: Alternative Perspectives for Critical Theory*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- SMITH, Neil. (1983). *Speculative Linguistics: An Inaugural Lecture*. London: University College.
- SMITH, WD. (1991). *Politics and the Sciences of Culture in Germany 1840-1920*. Oxford: Oxford University Press.
- TAYLOR, Charles (1992). *Multiculturalism and "The Politics of Recognition"*. Princeton: Princeton University Press.
- THOMAS, Gary (1999). Hollow theory: a reply to Rajagopalan. *Harvard Educational Review*, vol. 69, n.º 3, pp. 3-24.
- THOMASON, S. R. & KAUFEMAN, T. (1991). *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*. Berkeley: University of California Press.
- TREANOR, P. (1997). Tower of Babel. *Language & Communication*, vol. 17, n.º 1, pp. 67-69.
- TOOLAN, Michael (1999). Integrationalist linguistics in the context of 20th century theories of language: some connections and projections. *Language & Communication*, 19, pp. 97-108.
- TOULMIN, Stephen (1990). *Cosmopolis: The Hidden Agenda of Modernity*. New York: The Free Press.
- VAN LIER, L. (1991). Doing applied linguistics: towards a theory of practice. *Issues in Applied Linguistics*, 28, pp. 78-81.
- VOLOSHINOV, V. N. (1929[1973]). *Marxism and the Philosophy of Language*. New York: Seminar Press.
- WELLERSTEIN, I. (1991). *Unthinking Social Science*. Cambridge: Polity Press.
- WIDDOWSON, Henry G. (1999). Positions and perspectives: a partial response. *International Journal of Applied Linguistics*, vol. 9, n.º 1, pp. 123-126.
- WILLIAMS, B. (1985). *Ethics and the Limits of Philosophy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- WODAK, Ruth (org.) (1989). *Language, Power and Ideology: Studies in Political Discourse*. Amsterdam: John Benjamins.
- YNGVE, Victor H. (1986). *Linguistics as a Science*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press.
- ZIZEK, Slavoj (2001). Bem-vindo ao deserto do real. *Folha de S. Paulo*, Mais, 23 de setembro de 2001, pp. 4-7.

- _____. (1999f). Linguagem e ética: algumas considerações gerais. Texto apresentado ao dar início à Mesa Redonda sobre o tema "Linguagem e Ética", coordenada pelo autor durante o II Congresso Nacional de Linguística em Florianópolis, SC, de 25 a 27 de fevereiro de 1999. (Texto reproduzido neste volume, pp. 15ss.)
- _____. (1999g). Linguagem e identidade. *Estudos Linguísticos XXVII* (Anál do XLVI GEL), pp. 222-226. (Texto reproduzido neste volume, pp. 23ss.)
- _____. (2000a). Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem politicamente correta Lopes da Silva, F. L. e Moura, H. M. M. (orgs.). *O direito à fala. A questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: Ed. Insular, pp. 93-102.
- _____. (2000b). A relevância social da linguística. *Estudos Linguísticos XXIX* (Anais do XLV GEL), pp. 33-42. (Texto reproduzido neste volume, pp. 37ss.)
- _____. (2000c). O singular: a pedra no caminho dos teóricos da linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n.º 38, pp. 79-85.
- _____. (2000d). Critical pedagogy and linguistic imperialism in the EFL context. *TESOL Journal*, vol. 9, no. 4, pp. 5-6.
- _____. (2001a). Review of *Resisting Linguistic Imperialism in English Teaching* by Suresh Canagarajah. *Word*, vol. 52, n.º 3, 2001, pp. 462-467.
- _____. (2001b). ELT classroom as an arena for identity clashes. In: Grigoletto, M. e Carmagnani, A. M. G. (orgs.). *Inglês como língua estrangeira: identidade, práticas e textualidade*. São Paulo: Humanitas, pp. 23-29.
- _____. (2001c). The politics of language and the concept of linguistic identity. *CAUCE: Revista de Filologia y su Didáctica*, n.º 24, pp. 17-28.
- _____. (2001d). A polémica sobre os "estrangerismos" e o papel dos linguistas no Brasil. *ComCiência* (revista eletrônica), n.º 24, <http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/franques/vogt.htm>. (Texto reproduzido neste volume, pp. 99ss.)
- _____. (2002a). Linguagem e xenofobia. *Estudos Linguísticos*, vol. XXVI (Anais do XLIX GEL). Disponível em CD. (Texto reproduzido neste volume, pp. 89ss.)
- _____. (2002b). A língua estrangeira e a auto-estima. *Anais do IX EPLE* (Encontro de Professores de Línguas Estrangeiras). Londrina: Aplepar, pp. 91-95. (Texto reproduzido neste volume, pp. 65ss.)
- _____. (2002c). Teorizando a resistência. In Silva, Denise Elena e Viera, Jostênia Antunes (orgs.). *Análise de discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Ed. Planos, pp. 203-219.
- _____. (2002d). Resenha do livro *Estrangerismos: guerras em torno da língua* (org. C. A. Faraco). DELTA, vol. 18, no. 2, pp. 339-344.
- _____. (2002e). National languages as flags of allegiance, or the linguistics that failed us: a case at the emergent linguistic chauvinism in Brazil. *Journal of Language & Politics*, vol. 1, no. 1, pp. 115-147.
- _____. (2002f). A construção de identidades e a política de representação. In: Ferreira, L. M. A. e Orrico, E. G. D. (orgs.). *Linguagem, identidade, memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 77-88.
- _____. (2003). The ambivalent role of English in Brazilian politics. *World Englishes*, vol. 22, n.º 2, pp. 91-101. (no prelo-1). The language issue in Brazil: when local knowledge clashes with expert knowledge. A sair em S. Canagarajah (org.) *Local Knowledge, Globalization, and Language Teaching*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Publishers.
- _____. (no prelo-2). The philosophy of applied linguistics. A sair em Davies, A. e Elder, C. (orgs.). *Handbook of Applied Linguistics*. London: Blackwell Publishers.
- _____. (no prelo-3). Reference. *Encyclopedia of Linguistics*. Chicago: Fitzroy-Dearborn Publishers.
- _____. e ARROJO, Rosemary (1992). A crise da metalinguagem: uma perspectiva interdisciplinar. In R. Arrojo (org.) *O signo desconstruído*. Campinas: Pontes, (1992), pp. 57-62.
- _____. e FREITAS, Alice Cunha de (2002). English in Brazil: between passive acquiescence and insurgent chauvinism. *The Linguistic Association of Korea Journal*, vol. 10, n.º 2, pp. 85-109.
- REBELO, Aldo (2001). A intriga das línguas. *Folha de S. Paulo*, Mais, 15 de abril, pp. 22-23.
- ROBINS, K. (1997). Global times: what in the world is going on? In P. Du Gay (org.). *Production of Culture/Cultures of Production*. London: Sage.

Índice de nomes

- A**
 Adorno, T. 125, 138
 Aitchison, J. 132, 136
 Arrojo, R. 24, 140
 Austin, J. L. 12, 50, 140
- B**
 Bakhtin, M. M. 63
 Bartsch, R. 139
 Berkeley, G. 34, 110, 141
 Bhatia, T. K. 137
 Bin Laden 82, 85, 95, 96
 Bloomfield, L. 132, 139, 141
 Bourdieu, P. 42, 73
 Brumfit, C. 45, 107, 137, 140
 Buck, C. D. 93, 94, 137
 Burroughs, F. R. 50
 Bush, G., 84, 86
- C**
 Calvet 61, 136
 Cameron, D. 18, 19, 20, 21, 45, 123, 124, 136
 Canagarajah, A. S. 61, 113, 114, 136, 140
 Carmagnani, A. M. G. 140
 Carrol, L. 115, 116, 117, 136
 Cavalcanti 138
 Chailton 80, 136
 Chomsky, N. A. 16, 17, 25, 40, 41, 42, 43, 44, 67, 77, 81, 136, 138
- C**
 Chouliaraki, L. 80, 123, 136
 Cinquín, C. 112, 136
 Clinton, B. 133
 Cole, P. 138
 Coleridge, S. T. 118
 Comte, A., 74
 Corder, S. P. 77, 136
 Crystal, D. 30, 136
- D**
 Darwin, C. 39
 Davidson, D. 28, 138
 Davies, A. 70, 137, 139, 140
 Davis, H. G. 137
 Day, R. 61, 136
 Debord, G. 82, 137
 Defoe, D., 50
 Derrida, J. 31, 42, 121
 Desai, Z. 27, 69
 Descartes, R., 109
 Dewey, J. 54
 Di Pietro, R. J. 107
 Dinneen, F. P. 73, 137
- E**
 Eagleton, T. 120, 122, 137
 Eaton, T. 23, 137
 Elder, C. 139, 140
 Emeneau, M. B. 62, 137
 Engels, F. 138
- F**
 Fairclough, N. 27, 80, 123, 136, 137
- F**
 Faraco, C. A. 94, 137, 140
 Ferreira, L. M. A. 140
 Feyerabend, P. 26, 137
 Fish, S. 26, 137
 Foucault, M. 42
 Fowler, R. 80, 123, 137
 Franco, E. 94, 95
 Franco, G. 133, 137
 Franco, T. 26, 62, 91
 Fregg, G. 34, 126
 Freire, Paulo 105, 106, 137, 138
 Freitas, Alice Cunha de 78, 140
- G**
 Gaarder, J. 122, 137
 Gadotti, M. 119, 137
 Gandhi 103
 Garret, P. 132, 137
 Giroux, H. A. 105, 137
 Gray, B. 76, 137
 Greenfield 93, 137
 Gregg, K. R. 134, 137
 Grigoletto, M. 140
 Grimm, 40
- H**
 Haack, S. 30, 137
 Habermas, J. 42
 Hacking, 120, 121
 Haldane, J. B. S., 55, 137
 Halliday, 29, 44
 Harris, R. 46, 47, 48, 137
 Harth, P. 119, 120, 138
- H**
 Hartmann, R. R. K. 107, 138
 Hegel, W. F. 54
 Heidegger, M., 35
 Hitler, A. 92, 96, 97
 Holsbawm 75, 134, 138
 Hodge 80, 123, 137, 138
 Holliday, A. 77, 138
 Holmes, J. 138
 Horckheimer, M. 12, 127, 138
 Horton, M. 105, 106, 138
 Hume, D. 34
 Huntington, s. 59, 60, 61, 138
 Hussein, S., 82
 Hutton, C. 25, 62, 138
 Hymes, D. 70, 76, 137, 138
- I**
 James, W. 54, 108, 138
 João Paulo II 133
 Johnson, S. 132, 138
 Jones, W. 40, 43
- J**
 Kant, I. 31
 Kaplan, D. 84, 138
 Katz, A. N. 139
 Kaufman, T. 26, 62, 91
 Klein, G. 93, 138
 Klempner, V. 92, 138
 Korg, J. 30, 138
 Krause, 57
 Kress, G. 80, 123, 137, 138
 Kripke, S. 34, 84, 138
 Kuhn, T. 26, 47, 72, 74, 120, 138
- K**
 Krause, 57
 Kress, G. 80, 123, 137, 138
 Kripke, S. 34, 84, 138
 Kuhn, T. 26, 47, 72, 74, 120, 138
- L**
 Labov, W. 20, 45, 138
 Lacan, J. 40
 Lakoff, R., 44, 138
 Lando, A. 129
 Leibniz, G. W. 133
 Lévi-Strauss, C. 40
 Lippi-Green, R. 26, 138
 Lopes da Silva, F. L. 140
 Lyons, J. 40, 41, 43, 48, 138
- M**
 Martin, J. R. 77, 138
 Marx, K. 54, 55, 138
 McGowan, J. 52, 138
 Mio, J. C. 139
- M**
 Martini, J. R. 77, 138
 Marx, K. 54, 55, 138
 McGowan, J. 52, 138
 Mio, J. C. 139
- N**
 Moita Lopes, L. P. da 78, 138
 Moura, H. M. M. 140
 Müller 26, 62, 68, 91, 138
 Mussolini, B., 93, 95
- O**
 Oakeshott 107, 108, 109, 139
 Ohmann 117, 118, 139
 Oppenheimer, J. R. 126
 Orrico, E. G. D. 140
 Orwell, G. 33
- P**
 Pandit, P. B. 93, 139
 Pateman, T. 33, 139
 Pratt, 118
 Peirce, C. S., 54
 Pennycook, A. 61, 62, 66, 80, 112, 139
 Petrey, S. 119, 139
 Phillipson, R. 60, 66, 112, 139
 Pride, J. B. 138
 Putnam, H. 83, 139
- Q**
 Quine, W. 66
- R**
 Rajagopalan, K., 13, 18, 24, 26, 27, 31, 43, 45, 55, 63, 66, 67, 69, 70, 73, 74, 77, 78, 80, 83, 93, 105, 107, 111, 112, 113, 114, 119, 120, 123, 128, 131, 132, 135, 139, 141
 Rancière, J. 42
 Rask, 60
 Rebelo, A. 8, 94, 95, 96, 129, 140
 Renwick, N. 57, 138
 Rickford, J. 9
 Ritchie, W. C. 137
 Robins, K. 57, 79, 141
 Ronat, M. 16, 17
 Rorty, R. 35, 42, 53, 54, 141
 Rousseau, J.-J. 63
 Russell, B. 83, 139, 141
 Ryfe, G. 108, 141
- S**
 Said, E. 42, 58, 141
- S**
 Sampson, G. 24, 73, 75, 76, 141
 Saussure, F. de 25, 39, 41, 137, 141
 Schopenhauer, A., 13
 Searle, J. R. 30, 42, 110, 111, 116, 117, 118, 119
 Segerdahl, P. 24, 141
 Shakespeare, W. 71
 Shapiro, M. J. 33, 141
 Signorini, I. 138, 139
 Silva, I. A. 139, 140
 Simpson, P. 81, 121, 141
 Skutnabb-Kangas 61, 139
 Smith, W. 25, 92, 120, 141
 Socrates 111
 Stuart Mill, J., 74
- T**
 Taylor, C., 70, 118, 137, 141
 Thomas 138, 139, 141
 Thomason, S. R., 26, 62, 91, 141
 Toolan, M., 43, 141
 Toulmin, S. 52, 141
 Treanor 94, 141
 Trew, T., 137
 Tudjman, F., 94, 104, 141
- U**
 Umiker-Semecok 136
- V**
 Van Lieer, L. 134, 141
 Vanderveken, D. 30, 141
 Vennemann, T. 139
 Vieira, J. A.
 Viertel, J. 17
 Voloshinov, V. N. 19, 141
- W**
 Wellerstein, J. 28, 141
 West, D., 106
 Widdowson, H. G. 45, 107, 139, 141
 Williams, B. 33, 141
 Wittgenstein, L. 117
 Wodak, R. 80, 138, 141
 Wolf, George 47, 137
- Y**
 Yngve 24, 141
- Z**
 Zizek, Slavoj 85

Título
POR UMA LINGÜÍSTICA CRÍTICA: LINGÜAGEM, IDENTIDADE E A QUESTÃO ÉTICA

Autor
KANAVILLIL RAJAGOPALAN

Projeto gráfico e capa:
ANDREIA CUSTÓDIO

Editor
MARCOS MARCONILO

Formato:
16x23cm

Mancha
12x19cm

Tipologia
CHAPAMM_390 72RG

Papel
CHAMMOIS FINE DUNA 80GRS.

Número de páginas
144

Tiragem
2000

Impressão e acabamento
RR DONNELLEY AMÉRICA LATINA

ter alguma relevância. Relevância para as nossas vidas, para a sociedade de modo geral.

Acreditar numa linguística crítica é acreditar que podemos fazer diferença. Acreditar que o conhecimento sobre a linguagem pode e deve ser posto a serviço do bem-estar geral, da melhoria das nossas condições do dia-a-dia. É também acreditar que o verdadeiro espírito crítico tem de estar voltado, vez por outra, para si próprio. É preciso, em outras palavras, submeter as nossas práticas ao escrutínio crítico. Para isso, é necessário nos lembrar, com freqüência, que podemos estar errados sobre esta ou aquela questão. E, finalmente, acreditar que nunca é tarde para aprender e nunca se sabe de quem se pode aprender a nossa próxima lição. ”

O Autor

Kanavillil Rajagopalan ("Rajan") é Professor Titular na área de Semântica e Pragmática das Línguas Naturais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do CNPq. É Bacharel em Literatura Inglesa (Universidade de Kerala, 1966), Mestre em Literatura Inglesa (Universidade de Delhi, 1970), Mestre em Linguística (Universidade de Delhi, 1973), Diploma em Linguística Aplicada (Universidade de Edimburgo, 1975), Doutor em Linguística Aplicada (PUC-SP, 1982), e Pós-Doutor em Filosofia da Linguagem (Universidade da Califórnia, Berkeley, 1993). Antes de ingressar na carreira do magistério, foi publicitário, jornalista, e cartunista.

